

NORMAS PARA PONTUAÇÃO TÉCNICA

A avaliação técnica será efetuada pela Comissão de Licitação, após a verificação de que os módulos ofertados cumprem os requisitos estabelecidos.

Havendo dificuldade operacionais, poderá ser designada nova data para avaliação do sistema.

A avaliação técnica será feita de maneira global, pelo conjunto de todos os módulos licitados.

Cada item assinalado como “Atende” Somará a pontuação apontada em cada módulo.

Cada item assinalado como “Não Atende” não somará nenhuma pontuação.

Pontuação: Para ser considerado como Habilitada, devesse comprovar 85% de funcionalidade.

Para a avaliação técnica, o proponente deverá realizar apresentação, para análise da comissão de avaliação técnica.

Para cada item que ATENDE ao item do módulo soma-se 1 ponto, caso não atenda, não somará ponto algum

Para a licitante ser declarada habilitada, ela deve atender obrigatoriamente 85% (oitenta e cinco por cento) das especificações técnicas módulo por módulo.

ITENS CONSTANTES NO TERMO DE REFERENCIA

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS		ATENDE / SIM - NÃO	PONTUAÇÃO
1	Permitir parametrizar o controle de validade de senha dos operadores, quando a expiração ocorrer o usuário deve ser avisado no momento de login para definir uma nova senha;	SIM	1
2	Possibilitar cadastramento de multi endereços no cadastro de pessoas físicas e jurídicas	SIM	1
3	Cadastro único de fornecedores, integrado com cadastro único de pessoas, compartilhado com todos os módulos	SIM	1
4	As informações relativas à transparência municipal, deverão estar disponíveis no portal de transparência de forma automática sem utilização de cargas ou rotinas;	SIM	1
5	O sistema deve gerar e emitir relatórios de todos os módulos, com opção de salvamento e exportação para os formatos TXT, XLS, CSV, HTML e PDF.	SIM	1
6	Possibilidade de enviar os relatórios gerados pelo sistema via e-mail para um ou vários destinatários buscando através do cadastro de pessoas, não sendo necessário salvar e anexar para envio;	SIM	1
7	O sistema deverá permitir que os usuários realizem a assinatura digital / eletrônica de documentos, garantindo a autenticidade, integridade e validade jurídica conforme a legislação vigente. Essa assinatura poderá ser tanto para anexos em PDF/DOC/DOCX quanto para documentos gerados pelo próprio sistema, sendo possível encaminhamento do documento para assinatura nas próximas etapas ou retornar para etapas anteriores. Além disso, os usuários deverão ser notificados sempre que houver documentos pendentes de assinatura, assegurando o acompanhamento e a conclusão adequada das ações necessárias;	SIM	1
8	Conter em forma de relatório os logs de operação, onde contenha no mínimo os filtros por operador e intervalo de datas, somente de entradas e saídas dos sistemas, com possibilidade de obter o relatório de forma detalhada ou não de as operações, sendo elas:	SIM	1
9	Data e hora da ocorrência;	SIM	1
10	Login e nome do operador	SIM	1
11	Endereço de IP;	SIM	1
12	Ação (inclusão, alteração, deleção, atualização);	NÃO	0

13	Objeto/Tela envolvida na ação;	SIM	1
14	Informações da Operação realizada: na inclusão todas as informações do registro incluído, na alteração os dados do registro antes da alteração e os novos dados após a alteração, na exclusão os dados do registro excluído;	SIM	1
15	Configuração de marca d'água através do upload de imagem, onde todos os relatórios irão consumir esta imagem cadastrada;	SIM	1
16	Tela de alerta de vencimento e execução dos contratos ao se logar no sistema, onde o Administrador possa escolher o período de vencimento e quais operadores terão acesso ao alerta.	SIM	1
17	Na tela do alerta, poder acessar a tela dos contratos relacionados.	SIM	1
18	Layout dos módulos atende as expectativas dos servidores.	SIM	10
TOTAL DA PONTUAÇÃO MÁXIMA DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS			27
PONTUAÇÃO OBTIDA			26

INTEGRAÇÕES OBRIGATÓRIAS		ATENDE / SIM - NÃO	PONTUAÇÃO
19	Exportação dos dados para o Sistema SIM/AM do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sem a necessidade de intervenção de terceiros para readequações, correções de erro, ou correções manuais nos arquivos. O sistema deverá garantir total conformidade com os requisitos técnicos e legais exigidos pelo TCE/PR, assegurando a integridade, autenticidade e informações transmitidas sem incompatibilidade de informações entre as informações geradas e o layout fornecido pelo TCE/PR.	sim	1
20	Exportação automática e direta para o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme exigência legal;	sim	1
21	Possibilidade de mudança de vencedor para itens já homologados e com lançamento de contratos já realizados dentro da aba contratos do sistema, sem que seja necessário deletar/remover quaisquer informações já lançadas no sistema.	sim	1
TOTAL DA PONTUAÇÃO MÁXIMA DAS INTEGRAÇÕES OBRIGATÓRIAS			3
PONTUAÇÃO OBTIDA			3

APÓS A IMPLANTAÇÃO, A CONTRATADA DEVERÁ DISPONIBILIZAR SUPORTE PRESENCIAL (IN LOCO), ABRANGENDO:		ATENDE / SIM - NÃO	PONTUAÇÃO
22	Atendimento às demandas e esclarecimento de dúvidas durante o processo de fechamento do SIM/AM;	sim	1
23	Acompanhamento e suporte durante a geração de, no mínimo, 3 (três) folhas de pagamento consecutivas;	sim	1
24	Disponibilização de profissional qualificado, durante toda a vigência do contrato, para atendimento presencial ou remoto, com o objetivo de mitigar dúvidas e prover soluções para eventuais problemas relacionados à execução dos módulos contratados.	sim	1
TOTAL DA PONTUAÇÃO MÁXIMA - SUPORTE PRESENCIAL			3
PONTUAÇÃO OBTIDA			3

REQUISITOS DE SISTEMA		ATENDE / SIM - NÃO	PONTUAÇÃO
25	O sistema deverá permitir que os usuários realizem a assinatura digital de documentos, garantindo a autenticidade, integridade e validade jurídica conforme a legislação vigente.	sim	1
TOTAL DA PONTUAÇÃO MÁXIMA - REQUISITOS DO SISTEMA		1	
PONTUAÇÃO OBTIDA		1	

REQUISITOS DO SISTEMA MÓDULO A MÓDULO			
	SERVIÇO DE HOSPEDAGEM EM DATA CENTER	ATENDE / SIM - NÃO	PONTUAÇÃO
26	Segurança de acesso aos dados hospedados por meio de credenciais de acesso fornecida para pessoas definidas pela CONTRATANTE;	SIM	1
27	Sistema de prevenção e detecção de invasão, bem como ferramentas de análise de tráfego de dados;	SIM	1
28	Sistema de proteção e combate contra incêndios;	SIM	1
29	Sistema de proteção contra inundações / alagamentos;	SIM	1
30	Redundância de links de internet fornecidos por mais de uma operadora	SIM	1
31	Redundância de fornecimento de energia elétrica, inclusive com a disponibilidade de geradores no local para acionamento emergencial;	SIM	1
32	Processo de backup onde os backups sejam armazenados em local físico distinto do local onde os dados estão localizados.	SIM	1
33	O data center deve permitir visitas de profissionais indicados pela CONTRATANTE para validação da estrutura caso solicitado;	SIM	1
34	Responsabilizar-se por manter o hardware e os softwares atualizados;	SIM	1
35	Fornecer as licenças do sistema operacional bem como as do sistema gerenciador do banco de dados quando necessárias, sem custos adicionais referente as licenças do banco de dados;	SIM	1
36	Possuir equipe de profissionais especializados e em número suficiente para a execução dos serviços;	SIM	1
37	Garantir alta disponibilidade dos serviços (24 x 7 x 365) e possuir acordo de nível de serviço (SLA) de pelo menos 99%;	SIM	1
38	Possuir certificações que atestem que o data center atende as normas de segurança da informação;	SIM	1
	MÓDULO DE ALMOXARIFADO	ATENDE / SIM - NÃO	PONTUAÇÃO
39	Cadastro de produtos com informações relevantes tais como: descrição, classificação, derivação, código GTIN, unidade de compra, unidade de distribuição, Código de Barras, informações referentes a estoque mínimo e máximo e percentual de segurança, compartilhados com a Licitação;	sim	1
40	Ao cadastrar um material, o usuário deverá ter a possibilidade de anexar documentos, imagens, planilhas e relacioná-las a este material, com leitura por código de barras;	sim	1
41	Possuir cadastros de Unidades, bem como seu relacionamento com as unidades disponibilizadas pelo layout do TCE-PR (Tribunal de Contas do Estado do Paraná), compartilhados com a Licitação;	sim	1

42	Possuir rotina para geração de fracionamento de itens já existentes no estoque com relação a unidade de compra e unidade de distribuição (Exemplo: comprado em caixa e distribuído em Unidade);	sim	1
43	Possuir cadastro de classificação do produto (grupo, subgrupo e classe), compartilhados com a Licitação;	sim	1
44	Possibilitar o controle de toda movimentação do estoque, sendo: entrada, saída, transferência e devolução realizando a atualização do estoque de acordo com cada movimentação realizada;	sim	1
45	A transferência de itens entre almoxarifado/depósitos deverá identificar os itens e seus respectivos quantitativos que estão em trânsito, identificando-os em almoxarifado de trânsito ou virtual, o qual não deverá disponibilizar para movimentação o saldo do material envolvido na transferência até o seu recebimento no almoxarifado de destino, responsável pela entrega, responsável pelo recebimento;	sim	1
46	Deverá ser possível realizar reserva de entradas de produtos, que serão de uso exclusivo de determinadas secretarias/departamentos;	sim	1
47	Permitir controle e gerenciamento de lotes dos produtos e datas de Validade, o sistema deverá também realizar avisos sistemáticos com relação aos itens que estão próximos ao vencimento;	sim	1
48	Possuir gerenciamento automático nas saídas através de requisições ao almoxarifado anulando as quantidades que não possui estoque e sugerindo as quantidades disponíveis em estoque;	sim	1
49	Possibilitar integração com o sistema de compra para realização de entrada de materiais, através das ordens de compra;	sim	1
50	Possibilitar integração com o sistema de contabilidade, para realização de entrada, através da liquidação após o lançamento da Nota fiscal;	sim	1
51	Possibilitar integração com o sistema de contabilidade, para realização de entrada, através da Entrada quantitativa antes da liquidação;	sim	1
52	Possibilitar integração com o sistema de compra para realização de saídas de materiais através dos estornos de requisição de compra;	sim	1
53	Possibilitar integração com o sistema de contabilidade, para realização de saída, através dos estornos da liquidação;	sim	1
54	Permitir realizar requisições/pedidos de materiais a partir de estoques consultáveis, ao responsável do almoxarifado;	sim	1
55	Manter controle efetivo sobre as requisições/pedidos de materiais, permitindo atendimento parcial de requisições;	sim	1
56	Possuir rotina para visualização das requisições em aberto;	sim	1
57	Permitir gerenciamento integrado dos estoques de materiais existentes nos diversos almoxarifados;	sim	1
58	Possibilitar restrição de acesso dos usuários aos Centros de Custos;	sim	1
59	Possibilitar gerenciamento da necessidade de reposição de materiais de acordo com os parâmetros de ponto de pedido e consumo médio;	sim	1
60	Utilizar centros de custo (secretarias/departamentos) na distribuição de produtos, através das requisições/pedidos de materiais e/ou saídas de materiais para controle do consumo;	sim	1
61	Gerenciar a distribuição dos produtos com rotina que possibilite a separação dos produtos para envio aos solicitantes;	sim	1
62	Possuir rotina de inventário, que realize bloqueios das movimentações enquanto o inventário estiver sendo realizado;	sim	1
63	Possuir gerenciamento de produtos por localização e o endereço onde o material está estocado, possibilitando que as localizações sejam definidos pela entidade. Disponibilizando consultas das localizações dos produtos, contendo endereço de armazenagem e vencimento dos itens;	sim	1
64	Possibilitar bloqueio de endereços;	sim	1
65	Possibilitar o consultar o status das movimentações de entrada/saída geradas, quando utilizado coletor de dados;	sim	1
66	Permitir a geração de guia cega para conferência dos materiais solicitados;	sim	1
67	Possibilitar a emissão de relatórios de entradas e saídas de materiais por produto, nota fiscal e setor.	sim	1
68	Possibilitar a emissão de relatório financeiro do depósito de estoque mostrando os movimentos de entradas, saídas e saldo atual por período.	sim	1
69	Emitir relatórios de controle de validade de lotes de materiais, possibilitando seleção por: almoxarifado/depósito; período; materiais vencidos; materiais a vencer.	sim	1
70	Permitir cálculo automático do preço médio dos materiais;	sim	1
71	Possibilitar emissão de relatório da ficha de controle de estoque, mostrando as movimentações por material e período com saldo anterior ao período (analítico);	sim	1

72	Possibilitar emissão de relatório de balancete do estoque mostrando os movimentos de entradas, saídas e saldo atual por período;	sim	1
73	Possibilitar emissão de relatórios de controle de validade de lotes de materiais;	sim	1
74	Permitir emissão de etiquetas de prateleira e paletes para identificação da localização dos materiais no estoque;	sim	1
75	Possuir relatório do consumo médio mensal e anual por material;	sim	1
76	Possuir gráficos por produto de: Custo médio, entrada/saída (mensal);	sim	1
77	Possibilitar consultas de Estoque e consumo;	sim	1
78	Relatório de Consumo Médio dos Materiais e de Curva ABC, permitindo o a emissão por determinado período e classificação de material;	sim	1
	MÓDULO DE CONTABILIDADE PÚBLICA, EXECUÇÃO FINANCEIRA, ORÇAMENTO ANUAL (PPA, LDO, LOA) E PRESTAÇÃO DE CONTAS AO TCE/PR	ATENDE / SIM - NÃO	PONTUAÇÃO
79	Possibilitar integrações com sistemas de terceiros, permitindo a importação de dados de outros sistemas, atendendo aos layouts disponibilizados, como é o caso do sistema de cobrança de água utilizado pelo SAAE), visando manter a integralidade dos dados, bem como evitar a reinserção manual dos dados.	sim	1
80	Todos os módulos deverão ser integrados com o Módulo de Controle Patrimonial, Obras Públicas/Intervenções e Licitações, Compras e Contratos e com dados na mesma base.	sim	1
81	Todas as informações das entidades controladas, e todos os exercícios devem estar na mesma base de dados, sem a necessidade de mudar de base ou deslogar do sistema para consultar exercícios diversos;	sim	1
82	Possuir padronização do uso de teclas de função, em todo o sistema, de forma a facilitar o seu aprendizado e operação;	sim	1
83	Permitir pesquisa rápida dos menus e elaborar menus personalizados, vinculado ao operador, com a possibilidade de gerenciamento dos mesmos;	sim	1
84	Possibilitar o controle de limitação de acesso a Órgãos, impedindo assim que determinados usuários tenham acesso às informações destes;	sim	1
85	Permitir vincular o usuário como administrador de módulos específicos, permitindo que algumas ações da aplicação solicitem senha de segundo nível para que sejam liberadas, conforme parametrização;	sim	1
86	Possibilitar o início da execução do exercício em fases, mesmo que o anterior não esteja encerrado;	sim	1
87	Permitir implantação dos saldos de exercícios anteriores separados por processos;	sim	1
88	Todas as entidades devem estar na mesma base, permitindo a emissão de relatórios consolidados;	sim	1
89	Conter log simples em telas de operação, constando a data, hora e operador que cadastrou e data, hora e operador que atualizou o registro;	sim	1
90	Atender integralmente à exportação de arquivos previsto no layout do sistema captador de informações para prestação de contas do TCE/PR (SIM-AM) para os itens:	sim	1
91	Tabelas Cadastrais;	sim	1
92	Módulo Obras Públicas	sim	1
93	Módulo Planejamento e Orçamento;	sim	1
94	Módulo Contábil;	sim	1
95	Módulo Tesouraria;	sim	1
96	Módulo Licitações;	sim	1
97	Módulo Contratos;	sim	1
98	Módulo Patrimônio;	sim	1
99	Módulo Controle Interno;	sim	1
100	Módulo Tributário;	sim	1
101	A exportação de arquivos do layout do SIM-AM deverá estar separada em módulos e periodicidade previstos neste arquivo, facilitando o controle dos arquivos a serem gerados;	sim	1

102	Cadastro único de todas as leis/atos, integrado com os demais sistemas, atendendo os requisitos previstos no layout do SIM-AM;	sim	1
103	Cadastro de responsável por Módulo do SIM-AM com data inicial e baixa;	sim	1
104	Cadastro de órgão oficial de publicação com data inicial e baixa;	sim	1
105	Cadastro de fonte de recursos com os seguintes requisitos:	sim	1
106	Fonte padrão;	sim	1
107	Permitir cadastrar o Cronograma de Desembolso mês a mês informando o percentual correspondente a cada mês;	sim	1
108	Rotina automatizada para informar o Resultado Financeiro para cada fonte de recurso nos seguintes campos: Saldo, Passivo financeiro e Resultado financeiro, na abertura do exercício não sendo necessário a digitação do mesmo;	sim	1
109	Origem;	sim	1
110	Aplicação de Recurso;	sim	1
111	Desdobramento;	sim	1
112	Detalhamento;	sim	1
113	Nome da fonte de recurso;	sim	1
114	Permitir informar quais fontes de recurso possa ser movimentada com retenção;	sim	1
115	Permitir informar a data inicial da nova fonte de recurso cadastrada;	sim	1
116	Deverá proibir o cadastro de uma fonte de recurso onde a combinação (Fonte padrão, Origem, Aplicação de Recurso, Desdobramento e Detalhamento) não esteja prevista nas combinações possíveis determinadas pelos SIM-AM;	sim	1
117	Cadastro único de pessoas, integrado com os demais sistemas, atendendo todos os requisitos previstos no layout do SIM-AM;	sim	1
118	Emissão de todos os anexos exigidos pela Lei 4.320 relativos ao orçamento e balanço anual na periodicidade desejada – mensal, anual ou entre meses quaisquer, nos casos em que o relatório torne esta opção possível, indicando o primeiro e último.	sim	1
119	Todos os relatórios devem ter a opção de ser emitidos consolidados com as entidades de um mesmo banco de dados;	sim	1
120	Permitir o cadastro das notas explicativas;	sim	1
121	Cadastro das audiências públicas, onde é possível anexar documentos em diversos formatos e disponibilizar no portal da transparência de modo automático, concomitante a gravação do mesmo;	sim	1
122	Elaboração e controle do plano plurianual, com vinculação entre o orçamento e PPA;	sim	1
123	Cadastro de programas com objetivos, metas e indicadores, permitindo o uso de vários indicadores por programa, onde são informados separadamente – em campos distintos – o nome do indicador e sua unidade de medida, o valor de medida atual, a meta a ser alcançada e a medição real;	sim	1
124	Cadastro de ações com objetivos, aplicação de recursos anuais, produto e unidade de medida com seu valor atual, e acompanhamento anual da meta física alcançada e valor realizado;	sim	1
125	O cadastro de Programas, Indicadores e Ação deverá ter o controle de inclusão e demais tipos de movimentoprevisto no layout do SIM-AM, gerando o Movimento automaticamente e atender as regras de controle previsto neste layout. Deverá manter na base o registro de todos os movimentos e não somente o último;	sim	1
126	Vinculação das ações com os respectivos programas, conforme especificação no layout do SIM-AM;	sim	1
127	Cadastro de Políticas Públicas e Áreas de Atuação e sua vinculação com os Programas e Ações, bem como identificação com exigência legal.	sim	1
128	O cadastro dos Programas e Ações deverá ser separado por escopo (PPA, LDO, ECA, PMS) com numeração distinta, e ter a possibilidade de vinculação dos mesmos entre os escopos, e a identificação dos não correlacionados conforme as regras previstas no layout do SIM-AM;	sim	1
129	Identificar os programas e ações cadastrados no escopo PPA, que tenham aplicação na LDO e fazer a vinculação automática entre estes escopos.	sim	1
130	Cadastro da avaliação, evolução, metas e riscos da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para emissão dos demonstrativos exigidos;	sim	1
131	Projeção da receita orçamentária (LRF - Lei 101 – art. 12);	sim	1

132	Cadastro da Lei Orçamentária Anual (LOA) com a previsão das receitas e estimativa da despesa;	sim	1
133	Cadastro do Cronograma de Desembolso e da Programação Financeira da Receita conteúdo a seguintes recursos:	sim	1
134	Configuração do cronograma mensal de desembolso por percentual na fonte de recurso, ou por percentual/valor na previsão inicial da despesa;	sim	1
135	Configuração da programação financeira mensal por percentual ou valor com opção de rateio automatizado do percentual em 12 meses;	sim	1
136	Cópia automática dos percentuais aplicados no exercício anterior;	sim	1
137	Cálculo automatizado da programação financeira de todas as receitas com base no percentual aplicado;	sim	1
138	Emitir o relatório consolidado do cronograma por cotas da despesa por período mensal, bimestral, trimestral e semestral, com ordenação por fonte de recurso, natureza de despesa e por conta de despesa, demonstrando a despesa prevista, atualizada e realizada;	sim	1
139	Emitir o relatório consolidado da programação financeira da receita, por período mensal e bimestral, com ordenação por fonte de recurso, conta de receita, categoria econômica e com resumo geral, demonstrando a receita prevista, atualizada e realizada;	sim	1
140	Possuir a Projeção da receita orçamentária em atendimento ao artigo 12 de LRF onde a funcionalidade permite:	sim	1
141	Configurar o método de cálculo desejado para cada conta de receita: por mínimos quadrados ou índice;	sim	1
142	Parametrização livre dos exercícios a serem considerados na projeção;	sim	1
143	Carregamento automático das receitas e exercícios considerados na projeção;	sim	1
144	Projeção automatizada das receitas para os próximos exercícios, aplicando os métodos configurados;	sim	1
145	Exportação dos dados para Excel ou similares;	sim	1
146	Opção de backup e restauração dos dados;	sim	1
147	Cadastrar o valor previsto de transferência financeira de ingresso e egresso, vinculando a entidade e configuração contábil;	sim	1
148	Processo de validação de proposta orçamentária, habilitando para execução somente depois de liberado processo;	sim	1
149	Controle orçamentário da despesa através de liberação mensal, onde pode ser configurado grupos de liberação por órgão, unidade, função, subfunção, programa, projeto/atividade, fonte de recurso e natureza de despesa, sendo possível informar percentual de liberação para cada mês;	sim	1
150	Controlar na execução orçamentária os números de liberações criados, não permitindo a execução sem a devida liberação informada;	sim	1
151	Emissão do demonstrativo do orçamento criança por órgão e unidade, fonte de recurso, função e subfunção e projeto/atividade;	sim	1
152	Cadastro de tipos de documentos, configurando a exigibilidade de cada um para as diversas fases da despesa, podendo em caso de o fornecedor não possuir os certificados de regularidade, ignorar, emitir aviso ou impedir:	sim	1
153	A apuração da licitação;	sim	1
154	Homologação da licitação;	sim	1
155	Estabelecimento do contrato;	sim	1
156	Requisição de compra;	sim	1
157	Requisição de empenho;	sim	1
158	Empenho;	sim	1
159	Liquidação;	sim	1
160	Previsão de pagamento;	sim	1
161	Pagamento;	sim	1
162	Os documentos emitidos pelo sistema, como Empenho, Liquidação e Ordem de Pagamento, devem permitir a impressão de assinatura scaneada do responsável;	sim	1
163	Configuração de assinaturas por formulário (Nota de Empenho, Nota de Liquidação, Nota de Pagamento, etc);	sim	1
164	Parametrização de assinaturas por unidade orçamentária, nas notas de empenho, liquidação, pagamentos e seus respectivos estornos;	sim	1
165	Parametrização de Ordenador da Despesa por unidade orçamentária, para vinculação automática na geração do empenho, permitindo alteração quando necessário;	sim	1

166	Editor de documentos que permite criar documentos com texto padrão, mesclando as informações que corresponde ao processo através de Tags;	sim	1
167	Cadastro único de fornecedores, integrado com cadastro único de pessoas, compartilhado com contabilidade, licitação e compras, Tributação, protocolo, patrimônio e frotas;	sim	1
168	Controle de vencimento dos documentos/certidões dos fornecedores;	sim	1
169	Cadastro de ocorrências por fornecedores com controle de restrição;	sim	1
170	Atender o plano de contas e os relatórios previstos na PORTARIA MPS Nº 509, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013 no âmbito do RPPS;	sim	1
171	Contabilização automatizada dos lançamentos contábeis de abertura e encerramento do exercício;	sim	1
172	Movimentação mensal com lançamentos integrados e "on-line";	sim	1
173	Geração dos lançamentos contábeis e emissão do balancete contábil e razão para o plano de contas único instituído pelo TCE - PR bem como pelas Instruções Técnicas, conforme eventos definidos pelo SIM-AM do TCE-PR (O Balancete contábil deve permitir ser gerado de forma consolidada);	sim	1
174	Contabilização automatizada dos atos potenciais passivos através da configuração contábil nos contratos;	sim	1
175	Contabilização de baixa do saldo contábil dos contratos pelo fim de vigência de forma automática;	sim	1
176	Cadastro e contabilização do contrato de rateio de participação em consórcios;	sim	1
177	Permitir o cadastro do Cronograma de Desembolso;	sim	1
178	Permitir o controle de prestação de contas conforme pagamentos realizados aos Consórcios;	sim	1
179	Consultar na tela de cadastro as contabilizações ocorridas de caráter Patrimonial e de Controle;	sim	1
180	Cadastrar e gerar os lançamentos contábeis de forma automática das provisões matemáticas do RPPS;	sim	1
181	Lançamento automatizado da receita através de parâmetros de conta, % de rateio da fonte e banco, previamente configurados;	sim	1
182	Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto;	sim	1
183	Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária e gerar o Ato de alteração conforme modelo configurado pela entidade;	sim	1
184	Emitir decreto de ato de alteração previamente configurado, mesclando as informações inseridas no cadastro de alteração orçamentária de forma automática. O documento gerado deve ficar gravado no sistema.	sim	1
185	Cadastro dos atos de correção monetária com correção automatizada das receitas e/ou despesas conforme o índice de correção aplicado;	sim	1
186	Geração automatizada do ato de programação financeira e cronograma mensal de desembolso conforme configurado nas receitas e despesas;	sim	1
187	Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho, conforme informação no empenho de grupo de fonte do Exercício ou de Exercício Anteriores, garantindo que não se empenhe valor de Exercício Anteriores maior do que foi suplementado por superávit;	sim	1
188	Controle cronológico de data e numeração única na execução orçamentária, onde este número deverá ser gerado no momento da gravação, sem processo de renumerar conforme orientação da IN 89/2013 do TCE/PR, não permitindo lançamentos retroativos;	sim	1
189	Controle rigoroso do saldo da dotação, permitindo empenhar dentro do limite previsto/atualizado;	sim	1
190	Cadastro de histórico padrão para o empenho;	sim	1
191	Geração automatizada do empenho integrada ao sistema de licitação através do número da requisição;	sim	1
192	Geração automatizada do empenho por requisição de empenho de diversas origens, permitindo seleção das requisições a empenhar;	sim	1
193	Um empenho pode aceitar várias liquidações, em documentos distintos e tabelas separadas;	sim	1
194	Possibilidade de reversão de estorno de empenho;	sim	1
195	Não permitir a emissão de nota de empenho para fornecedores, sem a demonstração da regularidade fiscal, conforme parametrização realizada pelo usuário;	sim	1
196	Não permitir o processamento (gravação) do pagamento sem que se efetive contabilmente todo o processo de pagamento, ou seja, o Empenho, a liquidação e o próprio pagamento;	sim	1

197	Validar no momento do pagamento se já houve a incorporação do bem no momento da liquidação, se a incorporação não foi realizada não permitir o prosseguimento da gravação do pagamento;	sim	1
198	Possibilidade de limitar empenhos sem licitação por elemento/desdobramento com validação de avisar ou recusar no momento do empenho;	sim	1
199	Uma liquidação pode aceitar vários pagamentos, em documentos distintos e tabelas separadas;	sim	1
200	Informação dos documentos fiscais nas liquidações com crítica obrigando o total dos documentos fiscais a ser o mesmo do valor da liquidação, impedindo o progresso do processo;	sim	1
201	Opção de anexar o documento fiscal na liquidação, identificar a chave de acesso ou o link de acesso ao documento.	sim	1
202	Informação dos quantitativos por liquidação, com possibilidade de integração com movimento do almoxarifado;	sim	1
203	Incorporação de bens e outros ativos integrados à liquidação;	sim	1
204	Previsão das retenções na liquidação com efetivação e controle de saldo nos pagamentos;	sim	1
205	Informação das iniciativas do PPA no empenho e liquidação para controle das metas previstas e realizadas;	sim	1
206	Emitir em um mesmo arquivo as notas do processo da despesa envolvida de um determinado empenho;	sim	1
207	Acompanhamento do empenho através da tela indicando os movimentos realizados (liquidação, pagamentos, estornos);	sim	1
208	Permitir a inclusão de anexos nos processos de empenho, liquidação e pagamento;	sim	1
209	Permitir busca das liquidações de diárias com ausência de anexo na lei/ato de concessão	sim	1
210	Relação da despesa líquida liquidada que demonstra em ordem sequencial de data todos os lançamentos de empenho, estorno de empenho e reversão do empenho orçamentária e de restos a pagar em determinado período. O relatório possui filtros que permitem a consulta líquida da despesa sem a obrigatoriedade de informar o período;	sim	1
211	Pagamento automatizado de todas as previsões orçamentárias selecionadas em um determinado período;	sim	1
212	Lançamentos bancário e consignação a partir dos pagamentos, integrando as retenções e movimentação bancária;	sim	1
213	Qualquer lançamento pode aceitar estornos parciais ou totais, com reversão automática dos saldos;	sim	1
214	Cadastro das contas bancárias de entidade permitindo:	sim	1
215	Registro de mais de uma fonte de recurso para a mesma conta bancária;	sim	1
216	Vinculação contábil por fonte de recurso;	sim	1
217	Anexo do extrato bancário;	sim	1
218	Consulta em tela de todos os movimentos ligados a uma determinada conta bancária;	sim	1
219	Processamento automatizado do extrato eletrônico, gerando através do arquivo lançamentos de aplicação, resgate e rendimento de poupança;	sim	1
220	Preparação do arquivo de remessa de pagamentos aos bancos a partir de previsão de pagamento, nos layouts CNAB240 e OBN, com baixa automática a partir do arquivo de retorno do banco;	sim	1
221	Relatório de conferência da remessa/retorno bancária identificando os pagamentos efetivados e/ou rejeitados;	sim	1
222	Cadastro das transferências entre conta bancárias com emissão da nota de transferência e da nota de estorno de transferência;	sim	1
223	Compensação automatizada através da seleção de vários movimentos e estornos de movimentos no período informado;	sim	1
224	Conciliação automatizada de todos os movimentos/estornos não compensados;	sim	1
225	Fechamento automatizado da compensação e da conciliação de todas as contas bancárias que não tiveram movimento no período;	sim	1
226	Balancete financeiro total/sintético/analítico das fontes de recurso;	sim	1
227	Relatório do resultado financeiro por fonte de recurso;	sim	1
228	Gerenciamento das movimentações extra orçamentárias contendo as seguintes funcionalidades:	sim	1
229	Controle do movimento realizável e seus respectivos estornos;	sim	1
230	Cadastro de previsão de inscrição do realizável com emissão de nota de inscrição;	sim	1
231	Demonstrativo das contas do realizável;	sim	1
232	Controle do movimento de consignação e seus respectivos estornos	sim	1

233	Cadastro de previsão de baixa da consignação com emissão da nota de baixa;	sim	1
234	Demonstrativo das contas de consignação;	sim	1
235	Gerenciamento da Dívida Fundada contendo as seguintes funcionalidades:	sim	1
236	Cadastro da dívida fundada com configuração de vinculação contábil, saldo e lançamentos automatizados da inscrição dos juros e outros encargos;	sim	1
237	Cadastro de ingresso e da atualização da dívida e seus respectivos estornos;	sim	1
238	Cadastro da baixa da dívida e seus respectivos estornos;	sim	1
239	Cadastro do lançamento contábil da dívida e seus respectivos estornos;	sim	1
240	Demonstrativo do extrato da dívida fundada;	sim	1
241	Rotina para realizar o efeito permutativo de precatórios não vencidos para vencidos e não pagos gerando automaticamente a baixa e inscrição da dívida, guardando o histórico do movimento de cada precatório e a possibilidade de desfazer a movimentação também de forma automatizada.	sim	1
242	Gerenciamento da Transferência Financeira contendo as seguintes funcionalidades:	sim	1
243	Cadastro da transferência financeira de egresso e ingresso e seus respectivos estornos;	sim	1
244	Emissão da nota de transferência financeira e de estorno;	sim	1
245	Cadastros de previsão de transferência financeira e emissão da nota de previsão;	sim	1
246	Relatório de transferências financeiras;	sim	1
247	Restos a pagar:	sim	1
248	Inscrição do saldo de restos a pagar automaticamente quando da abertura do exercício	sim	1
249	Consulta em tela de todos os empenhos de restos a pagar e seu respectivo saldo implantado no exercício; consulta ao extrato do empenho com saldo a pagar/liquidar no exercício;	sim	1
250	Relatório consolidado dos restos a pagar contendo toda a sua execução;	sim	1
251	Apuração do resultado orçamentário financeiro, consolidado, de modo mensal e anual, sendo possível distinguir por fontes vinculadas ou não vinculadas;	sim	1
252	Controle da prestação de contas das despesas de adiantamento, com reclassificação contábil na despesa efetivamente realizada e opção de anexar os documentos da prestação de contas onde o mesmo possa ser disponibilizado no portal da transparência concomitante a gravação do mesmo;	sim	1
253	Permitir o preenchimento da aplicação de recuso utilizada pelo responsável tomador do adiantamento, informando a devida classificação da despesa;	sim	1
254	Emitir Demonstrativo de Aplicação de Adiantamentos, contendo as informações do empenho, liquidação e suas datas que originou o Adiantamento;	sim	1
255	Conter no Demonstrativo de Aplicação de Adiantamento as informações comprobatórias informadas pelo Tomador do Recurso;	sim	1
256	O Demonstrativo deverá conter campos para assinatura do Ordenador da Despesa e o Responsável pelo Adiantamento;	sim	1
257	O Demonstrativo pode ser configurado pelo sistema para se adequar a realidade da entidade;	sim	1
258	Controle dos convênios federais contendo as seguintes funcionalidades:	sim	1
259	Permitir cadastrar os convênios federais e seus respectivos aditivos com opção de anexar documentos;	sim	1
260	Cadastro do plano de trabalho, contendo as metas, etapas/fase, cronograma de desembolso e plano de aplicação;	sim	1
261	Cadastro do responsável pelo convênio federal;	sim	1
262	Cadastro da situação do convênio federal, com opção de cadastros de tipos de situação conforme necessidade da entidade;	sim	1
263	Cadastro histórico da data limite para prestação de contas com a possibilidade de informar se a prestação de contas foi aprovada ou não e informações para descrição do fato ocorrido;	sim	1
264	Permitir visualizar em tela as informações de aditivos, conta bancária, saldo bancário, licitações, contratos, receitas, contrapartida e despesas, de um determinado convênio, onde para cada consulta, seja possível carregar o movimento origem de modo automático;	sim	1

265	Emissão do resumo financeiro, contendo as informações de Entradas e Saídas de recursos, rendimentos de aplicações financeiras, despesas de restituições, quadro de valor previsto x realizado e valor da devolução do saldo remanescente baseado no percentual informado no cadastro do convênio;	sim	1
266	Emissão do extrato do convênio federal com as informações: do cadastro do convênio; do plano de trabalho com as etapas e fases; do cronograma de desembolso; do plano de aplicação por etapa/fase e consolidado; das contas bancárias do convênio; dos responsáveis; da situação do convênio; da data limite para prestação de contas; das licitações e contratos vinculados ao convênio; da execução da receita por exercício e consolidada por tipo de receita; dos depósitos de contrapartida; da execução da despesa por exercício e tipo de custeio contendo as informações consolidadas por elemento da despesa e tipo de custeio; e saldos bancários por exercício/mês e sendo possível escolher quais dessas informações será emitida no extrato;	sim	1
267	Validar período de vigência do Convênio, com as opções de "Não validar", "Avisar" ou "Recusar", e conforme o parâmetro selecionado controlar a sua execução até seu empenhamento.	sim	1
268	Controle das Subvenções Sociais contendo as seguintes funcionalidades:	sim	1
269	Cadastro de beneficiárias e certidão de regularidade com data de validade e chave de autenticidade;	sim	1
270	Cadastro do instrumento de transferência da subvenção social (contrato, acordo ou termo), aditivos, cronograma de desembolso, origem da despesa/fonte, devolução de saldo, etapa/fase, participe, legislação, outras receitas, plano de aplicação, prestação de contas, saldo bancário e anexos;	sim	1
271	Listagem dos instrumentos de transferência;	sim	1
272	Cadastro da prestação de contas, devolução de saldo, saldo bancário, outras receitas, consulta empenhos, conta bancária, relatórios, fechamento, e exportação das transferências por parte das entidades beneficiárias via web;	sim	1
273	Controle de operadores que terão acesso ao cadastro da prestação de contas via web;	sim	1
274	Impressão e validação da autenticidade da Certidão via web;	sim	1
275	Relatório de conferência dos instrumentos de transferências detalhando a execução da despesa;	sim	1
276	Importação da prestação de contas realizada no SIT (Sistema Integrado de Transferências) do TCE-PR;	sim	1
277	Integração entre os módulos:	sim	1
278	Importação dos dados gerados pelo Sistema de Tributação, gerando reconhecimento prévio dos direitos a receber, lançamento contábil de inscrição de créditos em dívida ativa, realização da receita controlando se o crédito estava reconhecimento previamente ou não, com possibilidades de estornos conforme metodologia da prestação de contas do tribunal;	sim	1
279	Relatórios prévios de conferência e impressão do diário de arrecadação;	sim	1
280	Importação dos empenhos, liquidações, retenções (receita orçamentária e extra) e despesa extra orçamentária diretamente do sistema de folha de Pagamento, bem como os lançamentos patrimoniais de reconhecimentos dos passivos e provisões (13º salário, férias, etc.);	sim	1
281	Relatórios prévios de conferência;	sim	1
282	Permitir visualizar nos empenhos gerados pela integração da folha, os servidores e seus respectivos valores;	sim	1
283	Controle patrimonial físico e contábil integrado, com as tabelas na mesma base de dados;	sim	1
284	Geração de dados para outras entidades de controle com exportação para;	sim	1
285	Secretaria de Receita Previdenciária;	sim	1
286	Receita Federal;	sim	1
287	Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação;	sim	1
288	Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde;	sim	1
289	Relatórios de apoio para preenchimento da declaração das contas anuais DCA: Balanço Patrimonial, Receitas Orçamentárias, Despesas Orçamentárias, Despesa por Função, Execução de Restos a Pagar, Despesa por Função – Execução de Restos a Pagar, Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial;	sim	1
290	Matriz de Saldo Contábil (SICONFI-MS);	sim	1
291	Possibilidade de integração de outras entidades para exportação da Matriz de saldos contábeis (MSC);	sim	1

292	Permitir à exportação e importação da Matriz de saldos contábeis (MSC);	sim	1
293	Balancete e razão contábil da matriz de saldos contábeis, sendo possível no balancete a visualização consolidada e por informação complementar;	sim	1
294	Possibilidade de cadastrar informações complementares em lançamentos contábeis manuais;	sim	1
295	Controle de fechamento e reabertura da MSC, não permitindo lançamentos em período fechado, validando também o fechamento do executivo se possuir integração entre entidades no mesmo banco de dados;	sim	1
296	Permitir a reinicialização da senha pelo próprio usuário através de envio para o e-mail cadastrado, gerando um token de validação;	sim	1
	MÓDULO DE CONTROLE DE FROTAS	ATENDE / SIM - NÃO	PONTUAÇÃO
297	Sistema deve rodar em ambiente Web – internet e intranet;	sim	1
298	Cadastro de Veículos/Máquinas integrado ao Patrimônio. Os veículos e/ou máquinas sob controle do sistema de frotas devem estar previamente cadastrados no sistema de patrimônio e somente atualizado os dados inerentes ao Sistema de Frotas, não permitindo alteração dos dados originais do Sistema de Patrimônio.	sim	1
299	Os valores de aquisição, depreciação e baixa não podem ser digitados no sistema de controle de frotas, mas devem ser consultados por este sistema;	sim	1
300	Os veículos devem ser classificados por espécie/marca/modelo (previamente cadastrados);	sim	1
301	Deve haver um cadastro de categoria de habilitação mínima para utilização do veículo;	sim	1
302	Cadastro de motoristas integrado ao cadastro de pessoas e servidores. E o motorista deve estar mesmo cadastro de pessoas da contabilidade, com sua matrícula do RH e não deve haver duplicidade de cadastro;	sim	1
303	Cadastro de habilitação dos motoristas com controles de vencimento;	sim	1
304	Controle de pontuação de infração. Cadastro das pontuações/situação da CNH atualizadas com as informações disponibilizadas pelo DETRAN, com a pontuação conferida de acordo com o tipo de infração;	sim	1
305	Cadastro de Cursos adicionais e vinculação com os motoristas, deve permitir a visualização no cadastro do motorista informando o tipo e data de validade do curso.	sim	1
306	Cadastro de fornecedores integrado com o sistema de contabilidade, devendo no sistema de controle de frotas, vincular com a atividade permitida (abastecimento, lavagem, manutenção, etc);	sim	1
307	Cadastro de acessórios nos veículos, integrado com o cadastro de produtos do sistema de licitações e compras;	sim	1
308	Individualização dos acessórios por veículo, atribuindo um código para cada peça, permitindo seu rastreamento;	sim	1
309	Permitir a visualização do acessório no cadastro de veículo;	sim	1
310	Controle da validade de cada acessório, indicando sua troca, reparo ou recarga;	sim	1
311	Controle de abastecimento:	sim	1
312	Pode ser externo, em postos contratados por licitação ou eventual, ou interno, na bomba do Município;	sim	1
313	O combustível é um produto cadastrado no sistema de licitações e compras;	sim	1
314	Quando o abastecimento se dá por licitação, deve proporcionar o controle de saldos, impedindo o abastecimento fora dos limites;	sim	1
315	As licitações de combustíveis são gravadas apenas no sistema de licitações e compras e devem apenas ser consultadas para visualização do saldo, no sistema de frotas;	sim	1
316	Deve indicar as médias de consumo e preços unitários de abastecimento por veículo;	sim	1
317	Cadastro de manutenção com agendamento dos serviços e lançamento das ordens serviço, informando produtos ou serviços realizados, contendo a importação do XML das notas para registro;	sim	1
318	Controles de utilização de veículo por	sim	1
319	Motorista;	sim	1
320	Destino; Período;	sim	1

321	Controle de hodômetro/horímetro;	sim	1
322	Cadastro de infrações/multas;	sim	1
323	Ocorrências diversas;	sim	1
324	Agendamento prévio;	sim	1
325	Controle de pneus integrado com o cadastro de produtos do sistema de compras e licitações, individualizando cada pneu;	sim	1
326	Controle de localização dos pneus por veículo e posição;	sim	1
327	Controle das datas de recapagem dos pneus;	sim	1
328	Rastreamento da frota;	sim	1
329	Cadastro dos equipamentos de rastreamento com identificação do veículo em que está instalado;	sim	1
330	Controle de acesso do operador por: Local de lotação do veículo e tipo de movimentação (abastecimento, utilização, serviços, etc);	sim	1
331	Possibilitar a importação dos dados de utilização dos veículos, via arquivo "TXT", conforme layout fornecido pela entidade, gerando assim os lançamentos necessários;	sim	1
332	Relatórios:	sim	1
333	Abastecimentos de veículos: cálculo de preço médio por litro, média de consumo por veículo, modelo, marca, espécie;	sim	1
334	Análise de consumo de combustível em ordem decrescente de consumo por modelo de veículo;	sim	1
335	Despesas dos veículos: todas as despesas referentes a um período (abastecimentos, impostos, manutenção);	sim	1
336	Utilização dos Veículos: período, motorista, destino;	sim	1
337	Possibilitar integração através de arquivos de exportação e importação com o sistema de gerenciamento de cartões para abastecimento - "FITCARD" e "VALECARD" ou qualquer sistema a ser utilizado pelo Município, onde seja possível a integração mediante layouts disponibilizados;	sim	1
338	Possuir rotina de geração de abastecimentos por solicitações autorizadas pela entidade, onde o frentista do posto fornecedor, inicia o lançamento na hora do abastecimento através da validação da solicitação via web, por link fornecido pela entidade, não permitindo abastecimento diferentes com a mesma ordem e posteriormente após conferência e liberação do responsável importar esses lançamentos de abastecimentos;	sim	1
339	Exportação de dados para o SIM-AM (TCE-PR);	sim	1
	MÓDULO DE CONTROLE PATRIMONIAL	ATENDE / SIM - NÃO	PONTUAÇÃO
340	Cadastro de bens da instituição com campos para identificação do nome, plaqueta, detalhamento, natureza, utilização, categoria, tipo de propriedade, data de aquisição, descrição do bem, data de incorporação, data de desincorporação, valor, número do empenho, número de série, vida útil estimada, data de término de garantia, número da nota fiscal, inscrição municipal (se bem imóvel), fornecedor, dados do tipo de medidor (se veículo) e saldo anterior do bem;	sim	1
341	Permitir a classificação dos bens por grupo, subgrupo e classe;	sim	1
342	Permitir anexar imagem ao bem;	sim	1
343	Permitir cadastro histórico de conservação dos bens;	sim	1
344	Permitir cadastro histórico das ocorrências dos bens;	sim	1
345	Permitir cadastro histórico dos controles dos bens por tipo de controle com data de vencimento do controle e campo para identificar os controles concluídos;	sim	1
346	Permitir cadastro histórico do responsável e local do bem;	sim	1
347	Possuir cadastro da entidade de origem do bem em caso de Cisão/Fusão;	sim	1
348	Possuir campos distintos para bens imóveis: medida do bem, coordenada geográfica, matrícula, número de registro, cartório e localização do bem;	sim	1
349	Possibilitar consultar na tela do bem sua movimentação, inventários vinculados e seu vínculo com obra/intervenção;	sim	1

350	Relatórios dos bens com filtros diversos e ordenação por contábil, por classificação (grupo/subgrupo e classe), por local, por responsável, por plaqueta e por fornecedor;	sim	1
351	Relatório de bens com saldo inicial no exercício, saldo na data informada, com opção para filtrar somente os bens que possuem saldo e somente os bens com saldo zerado;	sim	1
352	Possuir cadastro de bens em lote;	sim	1
353	Permitir cadastro de comissão de bens patrimoniais com identificação dos membros, tipo de atribuição, e início e fim de vigência da comissão;	sim	1
354	Possibilitar o lançamento de bens de terceiros, bem como sua baixa;	sim	1
355	Permitir dentro do módulo patrimônio a incorporação dos bens integrado pela liquidação;	sim	1
356	Possuir tela de movimentação dos bens (lançamentos de incorporação e desincorporação);	sim	1
357	Permitir movimentação dos bens em lote de incorporação e lote de baixa dos bens;	sim	1
358	Possuir cadastro de estorno de movimentação dos bens;	sim	1
359	Possuir cadastro de transferência de saldo entre bens e entre contábeis;	sim	1
360	Possuir cadastro da receita por alienação de bens e vínculo com os bens alienados para registro da baixa contábil;	sim	1
361	Permitir cadastro de apólice com campos para identificar: número da apólice, início e fim de vigência, situação da apólice, número do processo na SUSEP, seguradora, corretor, tipo de cobertura, franquias, valor da cobertura, valor utilizado, parcelas, vencimento e valor das parcelas, vinculação com empenho, vinculação com cadastro do bem;	sim	1
362	Permitir cadastro gerais de tipos conforme o critério da entidade para: tipo de conservação, tipo de ocorrência, tipos de controle, tipo de cobertura de apólice, e tipo de atribuição na comissão de bens;	sim	1
363	Permitir o cadastro de cabeçalho e rodapé do termo de responsabilidade, de carga, de baixa e de transferência de bens, bem como permitir criar mais de um modelo para o mesmo termo;	sim	1
364	Permitir o cadastro de classes de depreciação, com campos de vida útil, taxa anual, taxa mensal, tipo de cálculo e configuração contábil para vincular a conta de incorporação, de depreciação, e a conta contábil de variação patrimonial diminutiva, bem como o evento contábil;	sim	1
365	Permitir a configuração da depreciação no cadastro dos bens móveis, com campos para indicar o mês de início, a classe de depreciação e valor residual;	sim	1
366	Possuir rotina que vincule a configuração de classe de depreciação, mês de início e valor residual em vários bens selecionados;	sim	1
367	Possuir rotina de cálculo de depreciação dos bens permitindo um lançamento por mês ou lançamento acumulado;	sim	1
368	Bloquear lançamentos contábeis de movimentação nos bens se o período estiver fechado.	sim	1
369	Emitir relatório de depreciação de bens resumido/detalhado, por conta contábil e por classe de bens com opção de filtrar por bem, por conta contábil e somente os bens que atingiram o valor residual;	sim	1
370	Possuir cadastro de inventário de bens com campos para data de início e fechamento;	sim	1
371	Possuir no inventário de bens, rotina que permita vincular os bens através de filtros por local, responsável, fornecedor, empenho, nota fiscal, data de aquisição, data de incorporação física, bens com saldo em determinada data, categoria do bem, grupo, subgrupo e classe, e por nome do bem;	sim	1
372	Possuir relatório que permita filtrar somente os bens em inventário;	sim	1
373	Possuir bloqueio da movimentação dos bens vinculados ao inventário;	sim	1
374	Permitir exportação do inventário em arquivo e permitir importação do inventário em arquivo com os dados atualizados no retorno;	sim	1
375	Permitir a conferência e atualização individual do bem no cadastro de retorno do inventário;	sim	1
376	Emitir relatório de análise de bens com comparativo do valor atual no sistema com o valor avaliado no retorno;	sim	1
377	Emitir relatório de resumo do inventário por contábil com valor atual no sistema comparado ao valor de reavaliação;	sim	1
378	Emitir relatório de resumo do inventário por contábil detalhando os valores por bem, com valor atual no sistema comparado ao valor de reavaliação;	sim	1

379	Emitir o relatório comparativo da situação cadastral do bem, demonstrando somente os campos com diferenças entre a situação cadastral do bem no sistema e a situação cadastral no retorno;	sim	1
380	Possuir rotina que simula o fechamento do inventário, emitindo um relatório de críticas antes do fechamento;	sim	1
381	Possuir rotina que realiza no fechamento do inventário a atualização cadastral, a transferência de responsável e local, a reavaliação a maior ou menor e a incorporação de bens novos pertencentes ao inventário, mas não localizados no cadastro da entidade;	sim	1
382	Emitir a ficha cadastral do bem, com opção de detalhar a movimentação do bem e opção de configurar a emissão de assinaturas;	sim	1
383	Permitir a emissão de relatório de ocorrências, estado de conservação e tipos de controles;	sim	1
384	Permitir emissão do termo de carga dos bens com filtros por local, responsável pelo bem e responsável pelo local, permitindo a configuração do texto do cabeçalho e rodapé no corpo do relatório;	sim	1
385	Permitir a emissão do termo de responsabilidade individualizado por bem ou a relação de bens por responsável, permitindo a configuração do texto do cabeçalho e rodapé no corpo do relatório;	sim	1
386	Permitir a emissão do termo de baixa de bens individualizado por bem ou a relação de bens por responsável, permitindo a configuração do texto do cabeçalho e rodapé no corpo do relatório;	sim	1
387	Permitir a emissão do termo de transferência de bens com filtros pelo local e responsável de origem e local e responsável de destino da transferência, permitindo a configuração do texto do cabeçalho e rodapé no corpo do relatório;	sim	1
388	Possui a emissão do relatório de apólices com filtros por período de vigência, status da apólice, seguradora, corretor, bem segurado e tipo de cobertura, detalhando as informações de coberturas, parcelas e bens segurados;	sim	1
389	Emitir relatório por conta contábil e a relação de bens que demonstre os valores de saldo anterior, incorporação, desincorporação e saldo final, com filtro por código de bem e conta contábil;	sim	1
390	Emitir relatório de saldo contábil do bem, demonstrando o saldo final do bem em determinado intervalo de datas;	sim	1
391	Emitir relatório por conta contábil e tipo de movimento dos bens que demonstre os valores de saldo anterior, incorporação, desincorporação e saldo final;	sim	1
392	Emitir relatório de movimentação dos bens com opção de detalhar a descrição do movimento;	sim	1
393	Permitir a impressão de etiquetas do patrimônio;	sim	1
394	Possuir rotina que realiza a transferência de responsável/local dos bens patrimoniais em lote com opção de parametrizar o envio de e-mail de aviso ao responsável;	sim	1
395	Possuir rotina que registra o estado de conservação dos bens em lote;	sim	1
396	Possuir rotina que registra ocorrência dos bens em lote;	sim	1
397	Possuir rotina que registra tipos de controle dos bens em lote;	sim	1
398	Possuir rotina que registra a data de desincorporação dos bens em lote;	sim	1
399	Possuir rotina que atualiza o cadastro dos bens que pertencem ao mesmo lote;	sim	1
400	Possuir rotina que transfere o saldo de bens entre contábeis;	sim	1
	MÓDULO DE LICITAÇÃO E COMPRAS	ATENDE / SIM - NÃO	PONTUAÇÃO
401	Cadastro de fornecedores com quadro societário, certidões e contas de despesa compartilhados com a contabilidade em um só banco de dados. Emitir documentos para o fornecedor através de modelos estipulados pela entidade. Lançamento de ocorrências de lançamentos para o fornecedor com marcação para bloqueio/desbloqueio e controle de data inicial e final.	sim	1
402	Possuir a solicitação de Cadastro “online” de fornecedores, com envio da documentação necessária para a abertura do cadastro na entidade. Possuir rotina para aprovação ou não deste cadastro, pelo responsável.	sim	1
403	Cadastro de produtos e serviços permitindo classificação em grupos e subgrupos;	sim	1
404	Cadastro de Unidade de medida relacionada a unidade de medida fornecida para Prestação de Contas ao TCE-PR (Tribunal de Contas do Estado do Paraná).	sim	1

405	Cadastro de comissões de licitação: permanente, especial, pregoeiros e leiloeiros, informando as portarias ou decretos que as designaram, permitindo informar também os seus membros, atribuições designadas e natureza do cargo, vinculado com a lei/ato que designou a mesma.	sim	1
406	Emissão de solicitações de compra de material e serviços com as indicações das dotações orçamentárias – órgão, unidade, projeto ou atividade, natureza de despesa, fonte de recursos e complemento da natureza – respeitando os saldos orçamentários. Controlando a obrigatoriedade das ações do Plano Plurianual (PPA) relacionadas. Emitir documentos relacionados a solicitação, através de modelos estipulados pela entidade. Inserção de anexos nos seguintes formatos: Imagens (PNG, BMP, GIF e JPG), Texto (txt, doc, docx e odt), Planilhas (xls,xlsx e ods) e outros (csv, pdf, dwg, ppt, pptx).	sim	1
407	Permitir a realização de cópia de solicitações de material/serviço ou compra direta, já realizados pela entidade, de forma a evitar a realizar o cadastro novamente de dados de processos similares.	sim	1
408	Permitir que ao vincular as dotações orçamentárias aos produtos selecionados, para solicitação do processo licitatório, seja feito o rateio das quantidades/valores através de rotina que possibilite tanto o rateio manual quanto automático;	sim	1
409	Permitir o gerenciamento das solicitações de compras para processos de licitações “multi-secretaria”. Onde a Licitação ocorre por uma secretaria principal, onde será realizado todo o gerenciamento, desde o seu cadastro até contrato e ordens de compra e, exista a indicação das secretarias participantes, onde caberia somente a emissão da ordem de compra referente a sua solicitação;	sim	1
410	Permite o gerenciamento de cotas (possibilidade de remanejamento de cotas entre as secretarias);	sim	1
411	Abertura dos processos de compras com a vinculação para acompanhamento e controle do processo inicial de compra até o pagamento;	sim	1
412	Cadastro de cotações recebidas, deve possuir rotina com aplicação dos preços médios, mínimos e máximos automaticamente para formação de preços dos processos licitatórios, permitindo aplicar para os itens individualmente;	sim	1
413	Além do cadastro de cotações manual, possuir meio de leitura de cotações a partir de meio magnético e também cadastro online;	sim	1
414	O sistema deve viabilizar busca do último preço praticado pela entidade, possibilitando sua utilização para procedimento de formação de preços para fixação do valor máximo nos processos licitatórios;	sim	1
415	Controle dos processos licitatórios de maneira que impeça o andamento se o processo não for deferido, com definição de etapas a serem seguidas possibilitando determinar nas etapas as seguintes opções: Iniciar/finalizar processo, indeferir, realizar o comprometimento do saldo e determinar o tempo máximo. Ao finalizar cada etapa enviar e-mail para o responsável indicado;	sim	1
416	Possibilidade de gerenciar e acompanhar a situação da dotação (interligado com o sistema de orçamento), lançando previsões na fase inicial do processo, e acompanhamento até a fase de compras/empenho;	sim	1
417	Possibilidade de acompanhamento de despesas através liberações mensais dos grupos de despesas, através da utilização das liberações do saldo nas solicitações e empenho.	sim	1
418	O status do processo de compra ou do processo licitatório, permitindo à pessoa interessada consultar a real situação e o local onde se encontra, deve ser consultado a partir da solicitação de compra original, tornando desnecessário conhecer os demais números de processo, bastando ter em mãos o número da solicitação original;	sim	1
419	Cadastro de licitação contendo: número e ano do processo, objeto, modalidades de licitação e data do processo, situação (Andamento, Andamento - Nova data de Abertura, Anulada, Deserta, Fracassada, Homologada e Revogada), Convênios, Cadastro das publicações das licitações, com indicação da data da publicação e o veículo de publicação, Ação e Subvenção;	sim	1
420	Geração de documentos inerentes a cada fase do processo licitatório (Ex. ata de abertura, editais, pareceres, ofícios, etc, sendo gerados a partir de modelos pré-definidos, com a gravação na base de dados dos documentos emitidos, os modelos devem ser alterados pelos operadores;	sim	1
421	Deve haver a possibilidade de haver mais de um modelo para cada documento, guardando em base todos os modelos criados;	sim	1
422	Cada documento deve ser automaticamente mesclado com as informações de processos e/ ou licitações, com dados de itens, contas e outros que sejam inerentes ao documento;	sim	1
423	Todos os documentos emitidos devem ser armazenados na base de dados, permitindo uma rápida recuperação no momento em que for necessário;	sim	1

424	Inserção de anexos nos seguintes formatos: Imagens (PNG, BMP, GIF e JPG), Texto (txt, doc, docx e odt), Planilhas (xls,xlsx e ods) e outros (csv, pdf, dwg, ppt, pptx). Com controle de tamanho do arquivo;	sim	1
425	Campo para disponibilizar links, ou seja, caminhos para localização de arquivos armazenados em pastas locais ou caminhos para link de páginas na internet ou endereços externos;	sim	1
426	Permitir através de liberação ou não a publicação dos editais e seus anexos na Internet, através do Portal da Transparência, bem como as atas e documentos pertinentes, permitindo o download destes;	sim	1
427	Cadastro de propostas com a emissão de mapa de apuração e indicação de vencedores;	sim	1
428	Para preenchimento das propostas, em casos de informações obrigatórias para revisão de cadastro dos fornecedores e visando o bom andamento do processo licitatório, possibilitar exigir no preenchimento essas informações, sendo elas tais como: dados cadastrais, quadro societário, representante e conta bancária do fornecedor, validade da proposta. Em casos de propostas de medicamentos constantes no BPS (Banco de Preço da Saúde), as informações são: “Registro Anvisa” e “CNPJ Fabricante”;	sim	1
429	Leitura de propostas a partir de meio magnético com geração automática dos mapas;	sim	1
430	Possuir rotina que auxilie na separação de lotes/itens exclusivos para ME;	sim	1
431	Acompanhamento do pregão presencial com o registro de todos os lances, preservando todas as rodadas até a seleção do vencedor, possibilitar a visualização dos lances na tela, de forma prática e ágil, permitir efetuar lances por lote ou item, com opção de: desistência/declínio do lance, reiniciar rodada ou item, excluir rodada, tornar inexequível e também permitir que o pregoeiro estipule o valor do lance mínimo durante os lances do pregão;	sim	1
432	Possibilitar a aplicação dos benefícios concedidos às ME/EPP e critérios de regionalização definidos em legislação aplicável;	sim	1
433	Possibilitar o cadastro da inabilitação do participante, indicando a data e o motivo da inabilitação e, nos casos de pregão presencial, caso o vencedor do item seja inabilitado permitir que o pregoeiro já identifique o remanescente e, possibilite selecioná-lo para negociação e indicação de novo vencedor.	sim	1
434	Modalidade registro de preços, com o controle das quantidades licitadas/adquiridas;	sim	1
435	Possibilitar o lançamento de pontuação e índices para os itens das licitações com julgamento por preço e técnica, possibilitando a classificação automática do vencedor de acordo com a pontuação efetuada na soma dos critérios de pontuação.	sim	1
436	Leitura de respostas do questionário de pontuação, a partir de meio magnético com geração automática do quadro para conferência dos avaliadores;	sim	1
437	Cadastrar contratos de licitações, bem como o seu gerenciamento, como publicações, seus aditivos e reajustes, permitindo também gerenciar o período de vigência e execução dos contratos. Identificar os aditivos do tipo acréscimo, diminuição, equilíbrio, rescisão, apostilamento ou outros. Realizando o bloqueio caso ultrapasse os limites de acréscimos ou supressões permitidas em Lei (§ 1º do Art. 65 da Lei 8.666/1993 Art. 125 da Lei 14.133/2021.);	sim	1
438	Cadastrar os responsáveis pelo acompanhamento do contrato, tais como: gestor, fiscal e Controlador de Encargos Sociais e Tributários. Permitir lançamentos de ocorrências para gerenciamento de contratos. Permitir vinculação contábil para: execução dos contratos (Atos potencial, em execução e executadas) e Retenção Extra (Retenção ao RGPS e Imposto de renda retido na fonte - IRRF)	sim	1
439	Controle dos contratos, armazenando os documentos, e controlando vencimentos e saldos de quantidade e valor;	sim	1
440	Permitir através de liberação ou não a publicação dos contratos na Internet no site da Entidade através do Portal da Transparência;	sim	1
441	Possibilidade de emissão de solicitação de empenhos com integração com a Contabilidade e no momento do empenho, só é necessário informar o número da solicitação correspondente buscando automaticamente todas as informações necessárias, com emissão de documento para impressão e envio por e-mail para fornecedor, responsável pela autorização da despesa, etc;	sim	1
442	Possibilidade de emissão de solicitação de compra, com emissão de documento para impressão e envio por e-mail para fornecedor e solicitantes;	sim	1
443	Possibilitar a escolha dos assinantes de todos os documentos emitidos no sistema, seja ele padrão e/ou modelo pré-definido;	sim	1
444	Controle do saldo licitado nas solicitações de compras;	sim	1
445	Todas configurações necessárias e exportação do BPS (Banco de Preço da Saúde);	sim	1

446	Possibilitar integração através de arquivos de exportação e importação com o sistema de Bolsas de Licitações, Leilões - "BLL", "LICITANET" e "BBMNET" ou qualquer sistema a ser utilizado pelo Município, onde seja possível a integração mediante layouts disponibilizados.	sim	1
447	Permitir exportar os arquivos para a prestação de contas de acordo com as regras vigentes do TCE-PR (Tribunal de Contas do Estado do Paraná);	sim	1
	MÓDULO DE PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	ATENDE / SIM - NÃO	PONTUAÇÃO
448	Possibilitar a utilização do mesmo banco de dados dos demais sistemas, sem a necessidade de realizar cópias periódicas ou processamento em lote, disponibilizando as informações em tempo real.	sim	1
449	Atender a LEI COMPLEMENTAR Nº 131, DE 27 DE MAIO DE 2009 e a LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, bem como se adequar as eventuais alterações ou criação de novas legislação.	sim	1
450	Disponibilizar no Portal da Transparência a versão do sistema, a data e o horário da sua última atualização.	sim	1
451	Possibilitar contagem de acessos, onde informe a quantidade de usuários que visualizou ao Portal da Transparência.	sim	1
452	Possuir instrumentos de acessibilidade aos usuários, como: permitir a seleção de alto contrastes, ampliar e reduzir a visibilidade de tela, teclas de atalho; bem como opção para a tradução das informações disponíveis no portal em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.	sim	1
453	Possuir mapa do site e ferramentas de pesquisa.	sim	1
454	Possuir relação das consultas mais acessadas.	sim	1
455	Exibir ao usuário o caminho de páginas percorridas durante o seu acesso.	sim	1
456	Permitir cadastro de perguntas frequentes e as respectivas respostas para exibição no portal.	sim	1
457	Possibilitar a customização da interface do sistema, podendo inserir imagem de plano de fundo; alterar a descrição de menu principal e seus relatórios, bem como criar novos menus e publicações.	sim	1
458	Disponibilizar a data e o responsável da atualização para os registros customizáveis no sistema.	sim	1
459	Disponibilizar na emissão dos relatórios, a data de emissão das informações presentes no documento.	sim	1
460	Permitir a emissão dos relatórios em vários formatos, sendo eles: PDF, RTF, XLS, CSV, HTML, DOC, DOCX, XLS, XLSX, ODT, ODS, TXT e XML	sim	1
461	Possuir formato aberto, não proprietário e estruturado nos relatórios do Portal da Transparência;	sim	1
462	Permitir cadastro e exibição de informações gerais como: endereço, telefone, e-mail e horário de atendimento.	sim	1
463	Possibilitar a inclusão de link do formulário de pedido de acesso à informação.	sim	1
464	Possibilitar campo específico para incluir a estrutura organizacional das entidades.	sim	1
465	Possuir consultas com informações dos Recursos Humanos do Município, como:	sim	1
466	Consulta do quadro de cargos;	sim	1
467	Consulta do quadro funcional;	sim	1
468	Consulta da relação dos servidores ativos, inativos e comissionados;	sim	1
469	Relação de salários por função de forma detalhada;	sim	1
470	Possuir consultas com informações da Administração do Município, como:	sim	1
471	Consulta de Licitações contendo informações dos lotes/itens, fornecedores vencedores, lances, propostas e os respectivos Contratos vinculados.	sim	1
472	Todos os documentos de licitações em qualquer fase. Qualquer documento gerado nas licitações pode ser divulgado imediatamente após a geração, se a necessidade de gerar arquivos ou copiá-los para pastas específicas;	sim	1
473	Consulta dos Fornecedores impedidos de licitar;	sim	1
474	Consulta dos Contratos e Atas de Registros de Preços, com os respectivos Aditivos, contendo informações do nome do fornecedor, vigência do contrato, responsáveis do contrato e a respectiva Licitação vinculada.	sim	1

475	Possuir na consulta dos Contratos todos os documentos e anexos gerados no contrato, sem a necessidade de gerar arquivos ou copiá-los para pastas específicas;	sim	1
476	Possuir consulta de produtos cotados e contratados.	sim	1
477	Consulta de Requisição de compra por fornecedor;	sim	1
478	Consulta dos convênios contendo informações detalhadas sobre os recursos recebidos ou concedidos, bem como dados da prestação de contas dos respectivos recursos;	sim	1
479	Relação de bens patrimoniais, bem como os recebidos e cedidos.	sim	1
480	Relatório de veículos relacionados a frota da entidade;	sim	1
481	Relação dos materiais em estoque com informações detalhadas do produto, contendo seu respectivo saldo;	sim	1
482	Relação dos itens protocolados contemplando os dados dos pedidos, recebidos, em andamento, atendimentos e indeferidos, com a opção de visualização de gráfico.	sim	1
483	Possuir consultas com informações das Receitas e Despesas do Município, como:	sim	1
484	Consulta da receita prevista e arrecadada, com valores por exercício, mês e dia, podendo filtrar por conta de receita específica.	sim	1
485	Comparativo da receita prevista e arrecadada, contendo a visão das receitas resumidas (contas sintéticas) e detalhadas (contas analíticas), sendo possível nas receitas analíticas visualizar as fontes de recursos.	sim	1
486	Permitir visualizar as receitas previstas e atualizadas, pelo valor líquido das deduções e pelo valor bruto, com as deduções demonstradas de forma separada.	sim	1
487	Extrato de fornecedores que conste todos os empenhos, liquidações e pagamentos, incluindo as retenções efetuadas, consolidando os saldos a liquidar e a pagar;	sim	1
488	Consulta da despesa empenhada, liquidada e paga, com valores por exercício, mês e dia.	sim	1
489	Consulta das despesas empenhadas por compra direta, com valores por exercício, mês e dia.	sim	1
490	Consulta de diárias concedidas, com informações do nome do servidor, data inicial e final da diária, número de diárias, bem como valor por diária e total das diárias, possuindo informações dos empenhos, liquidações e pagamentos vinculados.	sim	1
491	Consulta detalhada dos Documentos Fiscais da Liquidação, contendo a opção para baixar os documentos fiscais anexados; e acessar de forma automática a NF-E através da chave de acesso.	sim	1
492	Consulta das despesas de Prestação de Contas de Adiantamento, com dados como: nome do servidor, data e valor da prestação, situação da prestação de contas, histórico e anexos relacionados.	sim	1
493	Possuir consultas com informações do Orçamento e Execução Orçamentária do Município, como:	sim	1
494	Relatórios do Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA.	sim	1
495	Relatórios do orçamento e da execução orçamentária em conformidade com a Lei 4.320/64	sim	1
496	Relatórios da execução e gestão fiscal em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal	sim	1
497	Relatórios de execução orçamentária e financeira em conformidade com a Instrução Normativa 89 de 2013 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, bem como suas eventuais atualizações;	sim	1
498	Permitir nas consultas dos relatórios selecionar todas as entidades controladas, de forma consolidada ou por Entidade.	sim	1
499	Permitir consultar informações com filtro por Período;	sim	1
500	Consulta das informações das Audiências Públicas.	sim	1
501	Consulta das Leis e Atos do Município.	sim	1
502	Relatórios da frota da entidade;	sim	1
503	Relação dos materiais em estoque com informações detalhadas do produto, contendo seu respectivo saldo;	sim	1
504	O Portal Transparência deve atender integralmente aos requisitos estipulados pelo TCE-PR, visando obter pontuação satisfatória na avaliação anual de transparência municipal.	sim	1

	MÓDULO DE REDESIM	ATENDE / SIM - NÃO	PONTUAÇÃO
505	Deverá disponibilizar serviço para acesso ao webservice do RedeSim;	sim	1
506	Deverá oferecer a possibilidade de gerar alvará provisório para empresas de baixo risco;	sim	1
507	Deverá permitir a configuração da emissão do alvará provisório para CNAE de baixo risco, possibilitando o operador permitir ou não a emissão do alvará;	sim	1
508	Deve criar empresa caso a mesma não exista na base;	sim	1
509	Após ser criado novo cadastro econômico para novas empresas, através da integração com o RedeSim, deverão ficar disponíveis os respectivos alvarás temporários para a impressão através do portal de serviço ao contribuinte;	sim	1
510	Deverá permitir padronizar e configurar um modelo de documento para emissão de alvará provisório;	sim	1
511	Deverá permitir o operador padronizar uma mensagem para os alvarás provisórios;	sim	1
512	Rotina para configurar conexão com a VOX, a qual o operador possa configurar;	sim	1
513	O sistema deverá disponibilizar os logs de importação com a REDESIM, de tal forma que fique evidenciado o que foi integrado com sucesso e o que houve erro, evidenciando o erro quando encontrado;	sim	1
514	A tabela com os logs de integração deverá exibir os dados de cadastros realizados com sucesso ou não, bem como os erros ocorridos e deverá permitir filtrar os dados exibidos com operadores configuráveis de consulta como: Menor ou igual, Maior ou igual, Igual, Contém, Não Contém, Contido em, Não contido em, Inicia com, Termina com e Entre, além de permitir exibir ou ocultar o seletor de colunas, permitir também a ordenação das colunas disponíveis na consulta, incluindo a possibilidade de utilizar mais de uma coluna ao mesmo tempo para ordenar os dados nos formatos ascendente (do menor para o maior) e descendente (do maior para o menor), selecionar a quantidade de itens que podem ser exibidos por página e gerar os dados filtrados em tela em planilha Excel ou similares;	sim	1
515	Deve ser possível consultar o arquivo enviado original enviado pelo RedeSim;	sim	1
516	Disponibilizar a possibilidade de integrar a geração de uma nova empresa recebida pelo sistema com a criação automática de uma ordem de serviço para fiscalização de posturas.	sim	1
	MÓDULO DE GERENCIAMENTO DE CUSTOS	ATENDE / SIM - NÃO	PONTUAÇÃO
517	Controle dos Membros do órgão gerenciador de Custos.	sim	1
518	Cadastro de objetos de custo por itens de apuração e por produto/serviço gerado.	sim	1
519	Instâncias de apuração por local apurado e período.	sim	1
520	Controle de acesso somente aos operadores permitidos.	sim	1
521	Vinculação para apropriação dos gastos por dotação despesa, veículos (abastecimento/manutenção), bens (depreciação), servidores (folha de pagamento, encargos, provisão) e almoxarifado (consumo).	sim	1
522	Possibilidade de rateio manual do custo por liquidação da despesa;	sim	1
523	Cálculo do custo unitário.	sim	1
524	Relatório analítico: por item de apuração/vinculação.	sim	1
525	Relatório detalhado: demonstrar as origens das apropriações.	sim	1
526	Relatório comparativo por período.	sim	1
527	Relatório acumulado por local.	sim	1
	MÓDULO DE CONTROLE DE ISENÇÃO DE IPTU	ATENDE / SIM - NÃO	PONTUAÇÃO

528	Esse módulo deve permitir à administração municipal o controle completo de todo o processo de solicitação de isenção de IPTU, incluindo o mapeamento socioeconômico familiar e as visitas de profissionais realizadas pela administração municipal, e controlando todas as solicitações deferidas ou indeferidas;	sim	1
529	Permitir à administração municipal cadastrar os benefícios sociais que serão vinculados, posteriormente, aos cadastros de solicitações de isenção;	sim	1
530	Disponibilizar cadastro de solicitação de isenção de IPTU de maneira integrada com o módulo Tributação e Dívida Ativa e permitindo visualização em tela de pelo menos as seguintes informações:	sim	1
531	Número de edificações, Lote, Quadra, Matrícula, Área, Logradouro, Número, CEP, Bairro, dados da posse atual;	sim	1
532	Atalho em tela para demonstrativo de cálculo do último IPTU lançado no módulo tributário, contendo os dados das características de terreno e edificação, dados das metragens de terreno e edificações, bem como os valores venais calculados pelo sistema e os respectivos valores de IPTU e taxas;	sim	1
533	O cadastro da isenção deverá:	sim	1
534	Possuir cadastro socioeconômico familiar, indicando, pelo menos, se o imóvel está no nome do proprietário, reside no imóvel desde quando, se possui outro imóvel, se é casa de meio lote, se recebe benefício social, se possui filho em entidade ou programa social, se possui outro tipo de rendimento ou ajuda financeira, se membro da família matriculado em colégio ou faculdade particular;	sim	1
535	Permitir a administração municipal o acompanhamento das fases de análise para aprovação ou rejeição do pedido de isenção, informando se ocorreu a visita, por quem foi recebido, nome de quem fez a visita, descrever a aparência do imóvel, e número de cômodos;	sim	1
536	Possibilidade de anexar tantos documentos ou imagens à solicitação de isenção quantos sejam necessários, nomeando cada anexo com uma descrição informada pelo operador;	sim	1
537	Permitir o cadastro de todos os residentes do imóvel, em campo próprio para esse fim, indicando a classificação do parentesco, a ocupação e a renda mensal de cada um;	sim	1
538	Disponibilizar o cadastro das despesas familiares, com campos individualizados para as despesas básicas, como energia, água, medicamentos, IPTU, transporte, alimentação, prestações, asfalto, plano de saúde, internet, computador, e que, ao final, informe a soma total dessas destes campos;	sim	1
539	Deve possuir tela de gerenciamento de solicitações gravadas, com operadores de consulta como: Menor ou igual, Maior ou igual, Igual, Contém, Não Contém, Contido em, Não contido em, Inicia com, Termina com e Entre; bem como permitir exibir ou ocultar o seletor de colunas, permitir também a ordenação das colunas disponíveis na consulta, incluindo a possibilidade de utilizar mais de uma coluna ao mesmo tempo para ordenar os dados nos formatos ascendente (do menor para o maior) e descendente (do maior para o menor), selecionar a quantidade de itens que podem ser exibidos por página e gerar os dados filtrados em tela, podendo gerar planilha editáveis e exportáveis em formatos como: csv, xls, xlsx, pdf, etc.	sim	1
540	Permitir a administração municipal cadastrar as ocupações que serão posteriormente vinculadas aos cadastros de solicitações de isenção;	sim	1
541	Impressão da ficha de solicitação com os campos do cadastro da solicitação para assinatura do proprietário;	sim	1
542	Impressão da notificação de conclusão ao final da análise da solicitação de isenção, com no mínimo os tipos: Deferimento total e parcial, Indeferimento total e parcial, contendo o motivo do indeferimento entre outras relativas a solicitação e indeferimento.	sim	1
543	Disponibilizar relatório no formato pdf e csv de isentos por bairros contendo os campos nome do bairro, número de imóveis no bairro, número de pedidos de isenção, número de pedidos deferidos, número de pedidos indeferidos, número de pedidos automáticos, número de deferimentos parciais, número de indeferimentos parciais, número de deferimentos de imposto;	sim	1
544	Gerar relatório no formato pdf e csv de isentos por setor, número do setor, número de imóveis no bairro, número de pedidos de isenção, número de pedidos deferidos, número de pedidos indeferidos, número de deferimentos parciais, número de indeferimentos parciais.	sim	1
545	Deve permitir alterar e excluir solicitações cadastradas, e registra-las em LOG do sistema.	sim	1
546	Deve possibilitar filtrar pesquisa de isenções pelo nome do requerente.	sim	1

	MÓDULO DE CONTROLE DO SIMPLES NACIONAL	ATENDE / SIM - NÃO	PONTUAÇÃO
547	Permitir Importar e tratar arquivos disponibilizados pelo Simples Nacional, como PGDASD e PGDASD2018, DAF607, DASSENDA, PERÍODOS;	sim	1
548	Possuir extrato detalhado por empresa, comparando os valores de faturamento da prestação de serviços (Esnfs), valores efetivamente pagos;	sim	1
549	Deve apontar divergência de valores calculados entre o livro fiscal eletrônico e os arquivos disponibilizados;	sim	1
550	Deve permitir acompanhamento de contribuintes que tiveram o limite de faturamento excedido em um período;	sim	1
551	Deve permitir gerenciar os contribuintes que tiveram as maiores arrecadações em determinado período;	sim	1
552	Comparativo dos valores de faturamento declarados no PGDAS-D com os valores de faturamento constantes nos relatórios de apuração do ISS do sistema de Notas Fiscais eletrônicas emitidas;	sim	1
553	Comparativo dos valores de faturamento de prestação de serviços com os valores pagos de ISSQN, demonstrando a alíquota efetiva do contribuinte, para análise das alíquotas utilizadas quando da emissão de notas fiscais com destaque de retenção do imposto;	sim	1
554	Atualização de contribuintes cadastrados na RFB e que não possuem cadastro mobiliário no município (quem possui CNPJ, mas não está inscrito no município);	sim	1
555	Atualização do histórico de períodos de opção do Simples Nacional no cadastro de atividades econômicas;	sim	1
556	Possibilidade de favoritas e gerenciar opções favoritas no Sistema Tributário;	sim	1
557	Possuir log de arquivos importados, permitindo realizar buscas por nome ou parte do nome de arquivo. Cada registro de log deverá guardar a data de envio e o tipo do arquivo;	sim	1
558	Permite registrar observações que ficarão vinculadas a cada log de importação, permitindo, posteriormente realizar busca por observação;	sim	1
559	Permite exportação dos registros de log para planilhas Excel ou similares;	sim	1
560	Integração com os módulos de Fiscalização/Processos Fiscais.	sim	1
	MÓDULO DE FISCALIZAÇÃO ISS	ATENDE / SIM - NÃO	PONTUAÇÃO
561	Este módulo deve auxiliar à administração municipal no gerenciamento e levantamento de dados relativos à ação fiscal, disponibilizando gráficos e relatórios gerenciais conforme abaixo:	sim	1
562	Levantamento gráfico dos totais devidos em relação aos totais pagos, por tributo e por exercício, podendo detalhar por tipo de cadastro;	sim	1
563	Permitir controle de prazo de entrega de documentos das etapas fiscais, listando os Processos Fiscais com as solicitações de documentos e indicando quais os documentos entregues e não entregues;	sim	1
564	Gráficos com os totais de nota por tipo de tributação (dentro e fora do município, isento, suspensa);	sim	1
565	Levantamento gráfico do histórico de documentos e notificações dos Processos fiscais recebidos pelo contribuinte;	sim	1
566	Ranking gráfico dos maiores devedores do ISS, podendo totalizar por CNAE e permitindo que listagem detalhada de valor por contribuinte seja exibida e exportada para Excel ou similares;	sim	1
567	Relatório de obras por contribuinte, podendo filtrar por requerente ou responsável, por tipo de documento emitido (alvará ou habite-se) e por período;	sim	1
568	Deve disponibilizar à administração municipal, funcionalidade para gerenciamento de divergências no recolhimento do ISS declarado ou outro imposto que o venha a substituir, de tal forma que seja possível à administração pública realizar diversas pesquisas dinâmicas em busca de divergências e sonegações, tais como:	sim	1
569	Tabela de dados com as colunas tipo de cadastro, documento do contribuinte, nome do contribuinte, mês e ano da competência, valor do movimento apurado, valor do ISS apurado, valor do ISS pago e valor da diferença;	sim	1

570	A tabela deverá permitir realizar consulta com diversos operadores em suas respectivas colunas, tais como: Menor ou igual, Maior ou igual, Igual, Contém, Não Contém, Contido em, Não contido em, Inicia com, Termina com e Entre; bem como permitir exibir ou ocultar o seletor de colunas, permitir também a ordenação das colunas disponíveis na consulta, incluindo a possibilidade de utilizar mais de uma coluna ao mesmo tempo para ordenar os dados nos formatos ascendente (do menor para o maior) e descendente (do maior para o menor), selecionar a quantidade de itens que podem ser exibidos por página e gerar os dados filtrados em tela, podendo gerar planilha editáveis e exportáveis em formatos como: csv, xls, xlsx, pdf, etc.	sim	1
571	Extrair planilha de cálculo elaborada por contribuinte com respectivo cálculo de correções monetárias, juros e multa de mora todos parametrizados de acordo com a legislação municipal, com a finalidade de constar nos termos fiscais;	sim	1
572	Permitir gerenciar os detalhes dos repasses do SIAFI através pesquisas dinâmicas que comparem os valores lançados no Livro Fiscal Eletrônico com os dados enviados pelo arquivo. DAF;	sim	1
573	Deve exibir pelo menos os dados mês e ano da emissão do documento, documento e nome do prestados, documento e nome do tomador, e se estão divergentes ou não esses dados entre si;	sim	1
574	A tabela dos dados exibidos, deverá permitir realizar consulta com diversos operadores em suas respectivas colunas, tais como: Menor ou igual, Maior ou igual, Igual, Contém, Não Contém, Contido em, Não contido em, Inicia com, Termina com e Entre; bem como permitir exibir ou ocultar o seletor de colunas, permitir também a ordenação das colunas disponíveis na consulta, incluindo a possibilidade de utilizar mais de uma coluna ao mesmo tempo para ordenar os dados nos formatos ascendente (do menor para o maior) e descendente (do maior para o menor), selecionar a quantidade de itens que podem ser exibidos por página e gerar os dados filtrados em tela, podendo gerar planilha editáveis e exportáveis em formatos como: csv, xls, xlsx, pdf, etc.	sim	1
MÓDULO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS		ATENDE / SIM - NÃO	PONTUAÇÃO
575	Os acessos ao sistema devem ser liberados pelo Administrador do sistema, após a análise de uma solicitação de acesso enviada pelo usuário, através de formulário próprio	sim	1
576	Uma senha provisória deve ser gerada pelo próprio sistema de forma automática, e enviada por e-mail ao usuário, de forma que garanta a privacidade no acesso;	sim	1
577	Deverá controlar e exibir o tempo da sessão do operador em tela, expirando automaticamente após período máximo de inatividade;	sim	1
578	Deverá ser mantido um registro (log) de todos os erros (exceções) que ocorram durante a execução do sistema, sendo demonstrados em relatório formato pdf;	sim	1
579	Possibilitar o acesso (login) para os usuários do sistema por meio de certificados digitais, com raiz da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil);	sim	1
580	Funções:	sim	1
581	Permitir a solicitação de acesso web dos contribuintes, cadastrados ou eventuais, através de formulário próprio;	sim	1
582	Os textos para o envio dos e-mails da Nota Fiscal e Cancelamentos deve ser configurável pelo administrador	sim	1
583	O sistema deverá permitir o cancelamento de NFS-e pelo próprio prestador, desde que a competência ainda esteja em andamento;	sim	1
584	Somente as notas dentro da competência atual poderão ser canceladas, exigindo o motivo do cancelamento;	sim	1
585	O motivo do cancelamento, data, hora e responsável pelo cancelamento, deverão constar na nota cancelada;	sim	1
586	Por decisão do administrador poderá ser aceito tomador sem identificação de documento através de uma pré-configuração;	sim	1
587	Possibilitar a edição do texto da Ficha de Solicitação de Acesso pelo administrador do sistema;	sim	1
588	Ao ser cancelada, a nota será enviada por e-mail ao tomador, de forma automática;	sim	1
589	Após a competência estar fechada - quando o administrador define que não podem mais ser acrescentadas notas e a guia deve ser gerada - a única forma de cancelar uma Nota Fiscal emitida dentro da competência fechada é com a intervenção do administrador, com o registro da ocorrência e o motivo da exceção.	sim	1

590	Relatório para apurar o ISSQN, contendo todas as notas emitidas ou recebidas, com os devidos valores de Imposto a pagar ou a recolher, podendo ser emitido por competência (mês e ano) ou por exercício (ano); O relatório deverá ter a possibilidade da emissão em PDF ou CSV.	sim	1
591	As empresas que não tiveram movimentação do ISS na competência fechada, deverão receber por e-mail a notificação de que precisam emitir a declaração de sem movimento para dar baixa;	sim	1
592	Permitir a impressão das guias de recolhimentos para as declarações mensais de serviço;	sim	1
593	Possibilitar a emissão de relatório que informe quais notas fiscais foram entregues nas declarações já fechadas;	sim	1
594	Permitir efetuar a retenção de ISS para as notas emitidas;	sim	1
595	Possibilitar a emissão de nota em que a tributação ocorra em um município diferente do município;	sim	1
596	Os contribuintes ou seus autorizados, poderão configurar:	sim	1
597	A logo que será impressa na nota;	sim	1
598	O contador responsável e o envio de cópia das notas por e-mail;	sim	1
599	Cadastrar discriminações para a nota, por serviço, para não ter a necessidade de escrever em cada emissão de nota.	sim	1
600	O contribuinte poderá manter um cadastro de clientes próprios, com busca rápida na digitação da nota ou declaração de serviços;	sim	1
601	Possibilitar ao prestador, vincular usuários, tanto físicas quanto jurídicas, ao seu cadastro permitindo a emissão de notas e controle da movimentação do prestador.	sim	1
602	Recibo Provisório de Serviço (RPS) com numeração sequencial crescente controlada pela Prefeitura, devendo ser convertido em NFS-e no prazo estipulado pela legislação tributária municipal;	sim	1
603	Permitir parametrizar textos e dados dos e-mails enviados pelo sistema, obrigatoriedade ou não do CPF/CNPJ do tomador da nota no momento da emissão;	sim	1
604	O sistema deve permitir a emissão de Notas Fiscais com mais de um serviço na mesma nota, mesmo que com alíquotas diferentes entre si;	sim	1
605	Deverá existir a opção de visualização do bloco eletrônico das notas de um prestador para os administradores;	sim	1
606	Emissão das Guias de Recolhimento somente a partir do dia em que o administrador definir como o fechamento da competência;	sim	1
607	Ao fechar a competência, conforme parâmetro definido pelo administrador, não será mais possível emitir, receber ou cancelar Notas para a referida competência.	sim	1
608	O sistema deve controlar o imposto a ser pago no Município e o pago no domicílio do tomador do serviço, fazendo as compensações no momento da geração das guias de recolhimento;	sim	1
609	Deve permitir ao administrador configurar o acesso de um tipo de usuário ao sistema, liberando ou bloqueando acesso às telas;	sim	1
610	Deve ser possível a emissão de blocos eletrônicos de RPS's de maneira que fique claro quais foram utilizados, quais foram cancelados e quais estão livres para uso.	sim	1
611	Se houver retenções e ou deduções, estas deverão ser informadas no momento da emissão da Nota Fiscal; os limites máximos de dedução devem ser configurados pelo administrador do sistema.	sim	1
612	Permitir ao administrador a geração de nova senha para um determinado usuário. Esta nova senha deverá ser enviada por e-mail ao usuário.	sim	1
613	O documento do tomador deverá passar por validação de dígitos no momento da emissão da nota, impedindo o prosseguimento caso não seja válido;	sim	1
614	Permitir consultas por Prestador, número da NFS-e/RPS, período de emissão;	sim	1
615	Permitir emissão de carta de correção. Quando da emissão da carta de correção, esta será anexada imediatamente no arquivo PDF da imagem da nota original;	sim	1
616	Permitir de forma online e em tempo real a consulta de autenticidade da NFS-e por qualquer pessoa ou ente, sem a necessidade de identificação;	sim	1

617	Possuir relatórios de gerenciamento, tais como: Evolução da arrecadação geral e por prestador, prestador que não emitiu GR, prestadores sem informação de movimento, resumo do movimento, apuração do ISS, bloco eletrônico, relatório de retenções, ocorrências;	sim	1
618	A integração com os demais módulos tributários, quando do mesmo fornecedor do Nota Fiscal Eletrônica, será de responsabilidade do contratado;	sim	1
619	Empresas do Município - é responsabilidade do sistema Tributário manter atualizados os dados referentes às empresas do Município e fazer o envio para sistema Nota Fiscal Eletrônica;	sim	1
620	Empresas de fora do Município – os dados serão mantidos em ambos os sistemas e deve haver comunicação para manter os dois atualizados;	sim	1
621	O cadastro de serviços e alíquotas do Município, será cadastrado e atualizado no sistema Tributário e enviado para o módulo de Nota Fiscal Eletrônica;	sim	1
622	As guias de recolhimento serão geradas no módulo de Nota Fiscal Eletrônica e recebidas no sistema Tributário, sem gerar conflito entre ambos;	sim	1
623	O livro de apuração do ISS eletrônico deverá ser enviado pelo módulo Nota Fiscal Eletrônica para o sistema Tributário, contendo detalhamento de todas as notas emitidas pelo prestador, com os serviços classificados com suas respectivas alíquotas;	sim	1
624	A comunicação entre o sistema Tributário e o sistema Nota Fiscal Eletrônica deverá ser pela Internet, com o uso do protocolo SSL garantindo um duto de comunicação seguro, com identificação do servidor e do cliente através de certificados digitais, eliminando a necessidade de identificação do usuário através de nome ou código do usuário e senha;	sim	1
625	Possibilitar a qualquer usuário do sistema realizar pesquisa de funcionalidade utilizando palavra-chave, e ainda, permitir o acesso através do resultado da busca;	sim	1
626	Deverá haver controle de autorizações de emissão de RPS's sendo liberado uma quantidade analisada pelo administrador do sistema.	sim	1
627	No caso de Notas com alíquotas diferentes o sistema deve calcular corretamente o Imposto a pagar.	sim	1
628	Por parâmetro de configuração, o sistema deverá liberar automaticamente a quantidade parametrizada desde que o contribuinte tenha utilizado pelo menos 50% dos RPS's já autorizados, caso contrário a liberação necessitará de ação do administrador;	sim	1
629	Os itens de serviço da Nota terão as alíquotas cadastradas na lista de serviços, não sendo possível a alteração pelo emissor se o Imposto for devido no Município;	sim	1
630	O sistema deve disponibilizar uma opção para cancelamento do RPS. O mesmo aparecerá com a palavra "cancelado" em vermelho destacado sobre a nota.	sim	1
631	No bloco de RPS's, quando um RPS já foi utilizado, deverá constar o número da nota gerada pela conversão, dados do tomador, data, código do serviço e o total do RPS.	sim	1
632	O sistema deve permitir ao usuário copiar as informações das últimas notas constantes no sistema, trazendo informações de tomador, serviço e valores. Sendo possível a edição, exclusão ou adição de informações.	sim	1
633	Permitir a definição de papéis para cada tipo de usuário: PF, Empresa do município, autônomos e administrador. Podendo editar e criar vários papéis, de forma que cada acesso seja diferenciado um do outro em relação às opções do menu.	sim	1
634	Integração com sistema dos contribuintes.	sim	1
635	Por meio de Web Service, o Sistema de Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas (NFS-e) deverá disponibilizar uma série de interfaces para troca de mensagens XML assinadas digitalmente (utilizando certificados ICP-Brasil);	sim	1
636	O sistema deverá disponibilizar um manual com layouts referente aos xml's de envio, recebimento, consulta, cancelamento, para o desenvolvimento do webservice do usuário.	sim	1
637	Estas interfaces podem ser acessadas pelos sistemas dos contribuintes, permitindo que as empresas integrem seus próprios sistemas de informações com o Sistema de Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas (NFS-e);	sim	1
638	A documentação referente à troca de informações entre o sistema de NFS-e e o contribuinte deverá ser mantida atualizada no portal do NFS-e, tendo a possibilidade de baixar o XML das notas;	sim	1

639	Como contingência o usuário deverá ter uma opção em tela para enviar arquivos, no mesmo padrão e formato que os utilizados pelos web's services, diretamente na página do sistema do NFS-e, para a conversão de RPS's em nota;	sim	1
	MÓDULO DE OBRAS PÚBLICAS/INTERVENÇÃO	ATENDE / SIM - NÃO	PONTUAÇÃO
640	Cadastro da Obra/Intervenção onde seja possível informar no mínimo as seguintes características:	sim	1
641	Nome da Obra/Intervenção Data base: Data de início da obra/intervenção; Prazo de execução; Valor da obra/intervenção; Número e Ano da obra/intervenção; Tipo de intervenção; Tipo de Obra; Classificação do tipo de intervenção; Classificação do tipo de obra; Unidade de medida; Regime de execução; Dimensão;	sim	1
642	Possuir integração com o módulo de contabilidade pública e orçamento;	sim	1
643	Possuir integração com o módulo de controle patrimonial;	sim	1
644	Permitir o cadastramento da Matrícula CEI, CND de Obra;	sim	1
645	Permitir informar os responsáveis técnicos com seu devido tipo de responsabilidade e seu número de documento normativo;	sim	1
646	Possuir gerenciamento de acompanhamento, onde seja possível informar o tipo de acompanhamento, pessoa responsável pelo acompanhamento e data do referido tipo de acompanhamento;	sim	1
647	Permitir para os tipos de acompanhamento de origem medição, cadastrar o tipo de medição, percentual físico, contrato e aditivos para execução indireta e documento comprobatório legal sobre a medição efetuada;	sim	1
648	Permitir para os tipos de acompanhamento de origem Paralisação, cadastrar o motivo e documento comprobatório legal sobre a medição efetuada;	sim	1
649	Permitir para os tipos de acompanhamento de origem Cancelamento, cadastrar documento comprobatório legal sobre a medição efetuada;	sim	1
650	Permitir cadastrar as informações referente às Planilhas de orçamento, onde seja possível informar o tipo de planilha de orçamento, valor, data e documento comprobatório legal;	sim	1
651	Permitir informar programações periódicas, com a informação da data e tipo de escopo a serem realizados;	sim	1
652	Permitir elencar os responsáveis e os itens a serem verificados por determinado escopo;	sim	1
653	Possibilidade de cadastrar o tipo de escopo de programação conforme a necessidade da entidade;	sim	1
654	Permitir relacionar a obra/intervenção a uma devida Ação do orçamento;	sim	1
655	Possibilitar a inserção de anexos em diversos formatos de arquivos;	sim	1
656	Emitir relatórios contendo as informações integradas ao módulo de controle patrimonial	sim	1
657	Permitir a impressão do termo de recebimento definitivo para as obras/intervenção com acompanhamento igual a concluído;	sim	1
658	Permitir que o termo de recebimento possa ser redigido conforme necessidade da entidade;	sim	1
	MÓDULO DE PORTAL DO CONTRIBUINTE	ATENDE / SIM - NÃO	PONTUAÇÃO
659	Este módulo visa aprimorar a qualidade dos serviços oferecidos aos contribuintes, com agilidade e segurança, possibilitando acesso às informações através da internet em ambiente responsivo. Para tal deverá conter no mínimo o que segue:	sim	1
660	Deve permitir acesso ao módulo web, que poderá ser feito através de certificado digital, ou através da senha web, a qual será obtida pelo contribuinte por meio do preenchimento de um cadastro eletrônico;	sim	1
661	A solicitação para acesso eletrônico deverá possibilitar pré-análise à administração municipal, permitindo aos responsáveis solicitarem ao contribuinte o envio de documentos necessários para tal liberação;	sim	1
662	Deve ainda permitir que o contribuinte envie, em anexo à solicitação de acesso, os documentos exigidos pela prefeitura;	sim	1
663	Deverá ter dispositivo de segurança, a fim de evitar ataques de hacker, como por exemplo o validador de acesso não sou robô recaptcha, ou mesmo digitar caracteres pré informados.	sim	1

664	Deve disponibilizar a consulta detalhada de débitos do contribuinte logado, permitindo filtrar um ou todos os tipos de cadastros vinculados a este;	sim	1
665	A partir da consulta, o contribuinte poderá selecionar a dívida que deseja quitar e solicitar emissão de guia atualizada para pagamento;	sim	1
666	Ao responsável logado deverá ser possível o cadastro de instituições financeiras sob sua responsabilidade;	sim	1
667	Emitir segunda via do carnê de IPTU informando o número de cadastro ou indicação fiscal, sem a necessidade de se logar.	sim	1
668	Emitir e validar Certidão Negativa de Débitos de Tributos Mobiliários.	sim	1
669	Emitir e validar certidão de Quitação de ITBI.	sim	1
670	Emitir e validar Certidão de Dados Cadastrais do Imóvel (Valor Venal).	sim	1
671	Deve permitir atualizar uma guia vencida a partir do seu número, sem a necessidade de logar;	sim	1
672	O contribuinte com acesso deverá poder consultar o histórico de todas as mensagens recebidas, bem como detalhes da data de envio, data limite para leitura e data de leitura;	sim	1
673	O responsável logado e outorgado por outros contribuintes poderá visualizar as mensagens de todos os seus outorgantes;	sim	1
674	Permitir o envio de declarações de ITBI Online por operadores autorizados pela administração municipal, permitindo digitar as informações relativas à transação imobiliária, tais como: dados do imóvel, adquirentes e seus respectivos percentuais, valor da transação, alíquotas envolvidas, tipo de lavratura e anexos de comprovação da transação;	sim	1
675	Na emissão da declaração do ITBI online deverá ser gerado número de protocolo de envio, para controle;	sim	1
676	Após a análise da administração fiscal, o operador logado deverá poder consultar as solicitações enviadas, deferidas ou indeferidas, bem como emitir as respectivas guias de ITBI para pagamento ou consultar as informações de indeferimento;	sim	1
677	Deverá ser disponibilizada tela de gerencial para a administração municipal, onde será possível validar todas as informações das solicitações digitadas e enviadas para validação, bem como os respectivos anexos enviados para comprovação da transação;	sim	1
678	A tela de gerenciamento da administração fiscal deverá apresentar pelos menos as informações: número do protocolo, adquirente principal, documento do adquirente, data da declaração, dados do transmitente principal, inscrição municipal do imóvel, status da análise e link para ações da fiscal;	sim	1
679	O dados exibidos em tela, devem estar em formato de tabela e devem conter operadores configuráveis de consulta como: Menor ou igual, Maior ou igual, Igual, Contém, Não Contém, Contido em, Não contido em, Inicia com, Termina com e Entre, além de permitir exibir ou ocultar o seletor de colunas, permitir também a ordenação das colunas disponíveis na consulta, incluindo a possibilidade de utilizar mais de uma coluna ao mesmo tempo para ordenar os dados nos formatos ascendente (do menor para o maior) e descendente (do maior para o menor), selecionar a quantidade de itens que podem ser exibidos por página e gerar os dados filtrados em tela em planilha Excel ou similares;	sim	1
680	A análise da transação pela administração fiscal deverá permitir o indeferimento da solicitação, disponibilizando campo próprio para inserir a Justificativa de indeferimento;	sim	1
681	Deve permitir a simulação de parcelamento de dívida, para tal deverá fazer login através de certificado digital ou senha web.	sim	1
682	Deve permitir atualizar os dados para correspondência dos cadastros da pessoa física logada;	sim	1
683	Disponibilizar opção de solicitação de cadastro online para empresas do município, possibilitando preencher os campos necessários tais como, dados da empresa, dados dos sócios, ramo de atividade, entre outros, e ainda anexar os documentos necessários;	sim	1
684	Deverá permitir a configuração da emissão do alvará provisório para CNAE de baixo risco, possibilitando o operador permitir ou não a emissão do alvará.	sim	1
685	Para empresas com CNAE de baixo risco será possível configurar emissão automática de alvará de funcionamento;	sim	1
686	Permitir à administração municipal a edição de textos informativos para compor a página do Portal do Contribuinte;	sim	1
687	Opção para emitir certidão de inscrição municipal para empresas e autônomos.	sim	1
	MÓDULO DE PROCESSOS FISCAIS	ATENDE / SIM - NÃO	PONTUAÇÃO

688	Deve permitir o cadastro das rotinas de fiscalização através de processos configuráveis pela administração municipal, contendo:	sim	1
689	Configuração dos prazos em dias para cada etapa do processo fiscal;	sim	1
690	Indicação das etapas: iniciais, andamento e finalização de cada processo;	sim	1
691	Seleção de documento modelo configurado previamente pela administração municipal que ficará vinculado à cada etapa do processo;	sim	1
692	Configuração para permitir gerar guia de arrecadação vinculada à etapa, de tal forma que seja possível imposição de multa punitiva;	sim	1
693	Determinar o valor em pontos de cada processo para levantamento de pontuação por fiscal, posteriormente;	sim	1
694	Deve possuir cadastro de leis e atos para serem vinculados aos processos e impressos nos respectivos documentos;	sim	1
695	Deve permitir o cadastro de Agentes fiscais, podendo ativar ou desativar, marcar ou não como gestor e vincular as habilidades correspondentes;	sim	1
696	A abertura e tramitação dos processos fiscais deverá:	sim	1
697	Permitir ao gestor o gerenciamento e a atribuição de Tarefas aos fiscais;	sim	1
698	Permitir ao gestor alterar a data de início prevista para o processo, mesmo após a sua criação;	sim	1
699	Permitir o cancelamento do processo fiscal;	sim	1
700	Permitir o estorno de cancelamento fiscal;	sim	1
701	Possibilitar a impressão da ordem de serviço, para anexação no processo fiscal.	sim	1
702	Permitir consultar os contribuintes fiscalizados e que os que aguardam fiscalização;	sim	1
703	Os processos cancelados não serão mais exibidos para o contribuinte;	sim	1
704	Os processos com cancelamentos estornados deverão voltar a serem exibidos ao contribuinte;	sim	1
705	Disponibilizar tags para destacar o prazo dos processos, como por exemplo: Dentro do prazo, prazo vencendo e prazo vencido.	sim	1
706	Permitir a informação de data limite para iniciar o processo de fiscalização.	sim	1
707	Possibilitar ao corpo fiscal municipal consultar, assumir, tramitar, encaminhar e concluir os processos fiscais;	sim	1
708	Possuir numeração dos documentos gerados de maneira integrada e vinculada ao processo fiscal;	sim	1
709	Disponibilizar acompanhamento em tela da tramitação dos processos;	sim	1
710	Data e hora do início e fechamento da fiscalização;	sim	1
711	Código do Agente Vistor;	sim	1
712	A tabela dos dados de processos exibidos em tela, deverá permitir realizar consulta com diversos operadores em suas respectivas colunas, tais como: Menor ou igual, Maior ou igual, Igual, Contém, Não Contém, Contido em, Não contido em, Inicia com, Termina com e Entre; bem como permitir exibir ou ocultar o seletor de colunas, permitir também a ordenação das colunas disponíveis na consulta, incluindo a possibilidade de utilizar mais de uma coluna ao mesmo tempo para ordenar os dados nos formatos ascendente (do menor para o maior) e descendente (do maior para o menor), selecionar a quantidade de itens que podem ser exibidos por página e gerar os dados filtrados em tela, podendo gerar planilha Excel ou similares;	sim	1
713	Permitir gerar e controlar a data de entrega de termos e notificações, como TIF - Termo de Início de Fiscalização, notificação para apresentação de documentos fiscais, termo de notificação de prorrogação de prazo, auto de Infração e imposição de multa punitiva, termo de recebimento de livros ou documentos fiscais, TCF - termo de conclusão e encerramento de fiscalização; Termo de Homologação em suas respectivas etapas;	sim	1
714	Configurar integração de processo com o REDESIM permitindo a geração automática de novos processos para cada nova empresa recebida eletronicamente, trazendo transparência na origem das solicitações;	sim	1
715	Todos os processos não assumidos devem ser exibidos para todos os fiscais logados na mesma tela de acompanhamento dos processos, criando uma listagem dinâmica dos serviços que se encontram pendentes;	sim	1
716	Possibilitar a impressão da ordem de serviço para anexar ao processo fiscal;	sim	1
717	Deve disponibilizar integração com Portal do Contribuinte, permitindo, através de login de acesso, a consulta aos processos e documentos gerados em cada etapa;	sim	1
718	O contribuinte que estiver em processo de fiscalização conseguirá acompanhar em tempo real a etapa atual do processo;	sim	1

719	Os documentos gerados em cada etapa da fiscalização, poderão ser consultados e baixados diretamente pelo contribuinte através do acesso logado ao Portal do Contribuinte;	sim	1
720	Disponibilizar ao usuário, favoritar determinadas rotinas, possibilitando ao mesmo gerenciar suas rotinas favoritas;	sim	1
721	Disponibilizar relatório de pontuação por fiscal;	sim	1
722	Disponibilizar configuração de tabela CUB, com os valores do M2 cúbico de construção por exercício, com a finalidade de realizar cálculo do ISS de obras;	sim	1
723	Disponibilizar configuração de percentuais de aplicação da tabela CUB, conforme legislação municipal e emissão de guia de ISS de obras, integrando ao Sistema Tributário;	sim	1
724	Permitir emissão de relatórios de Alvarás de Construção e Habite-se classificando por profissional, período, área, requerente, número de Alvará e Habite-se, data de requisição e expedição, cancelados, profissional responsável tanto execução quanto projeto, processo de origem (número e ano);	sim	1
	MÓDULO DE PROTESTO ELETRÔNICO	ATENDE / SIM - NÃO	PONTUAÇÃO
725	Deve ter integração completa com o sistema tributário utilizado pela prefeitura.	sim	1
726	Deve permitir a configuração dos parâmetros de convênio e realizar integração com webservice da CRA-PR para envio de CDA para Protesto Eletrônico;	sim	1
727	Envio de remessas para protesto;	sim	1
728	Acompanhamento da confirmação e retorno das remessas enviadas;	sim	1
729	Permite configuração de parâmetros para bloquear a dívida protestada durante o período estipulado pela prefeitura;	sim	1
730	Durante período configurado, o sistema não deve permitir quitação, revisão ou parcelamento do débito protestado;	sim	1
	MÓDULO DE RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO	ATENDE / SIM - NÃO	PONTUAÇÃO
731	Possuir cadastro pessoa física único (integrado com os demais sistemas), com os seguintes dados: endereços, contatos (e-mails e telefones), RG, Título de Eleitor, CTPS, CNH, Certificado de reservista, entre outros;	sim	1
732	Possibilitar o controle de acesso por usuário;	sim	1
733	Permitir a criação de perfis de acesso, possibilitando a definição de grupos;	sim	1
734	Realizar a validação do número de CPF, CNPJ, e PIS/PASEP em novos cadastros;	sim	1
735	Possibilitar o cadastro do organograma de acordo com a estrutura existente na entidade;	sim	1
736	Permitir a alteração da estrutura do organograma, mantendo todo histórico anterior;	sim	1
737	Controlar histórico das nomeações de cargo comissão e funções gratificadas para servidores efetivos, assim como a realização do controle de vagas ocupadas durante as nomeações;	sim	1
738	Permitir o cadastro e vinculação de requisitos para o servidor assumir o cargo;	sim	1
739	Realizar o controle de vagas disponíveis para casa secretaria;	sim	1
740	Gerar automaticamente o redutor de remuneração de acordo com o teto definido pela entidade;	sim	1
741	Gerar automaticamente o complemento de salário mínimo vigente para servidores com salários inferiores;	sim	1
742	Realizar controle dos contratos por prazos determinados;	sim	1
743	Possibilitar a averbação de cursos e títulos para o processo de avaliação de desempenho;	sim	1
744	Disponibilizar o controle de mais de uma conta débito para a realização dos pagamentos de folha;	sim	1
745	Permitir upload de foto e documentos no cadastro de pessoa física;	sim	1
746	Possuir cadastro de servidores/funcionários, tais como (estatutários, comissionados, agentes políticos, celetistas, estagiários, jovem/menor aprendiz, conselheiro tutelar, aposentados e pensionistas) possibilitando a gestão da situação dos mesmos;	sim	1

747	Possuir cadastro de dependentes vinculado com o cadastro de pessoa física;	sim	1
748	Possuir controle no cadastro de dependentes, para fins do cálculo do salário família e dedução no imposto de renda (para cada servidor/funcionário);	sim	1
749	Possuir o controle automático referente a Previdência e Imposto de Renda dos servidores/funcionários, que acumulam mais de um cargo, respeitando a faixa de cálculo e o teto previdenciário se houver;	sim	1
750	Possuir validação nas alterações e ou inclusões de dados, no cadastro pessoa física e servidores/funcionários, não permitindo concluir a gravação sem que todos os campos estejam preenchidos;	sim	1
751	Possuir o cadastro das tabelas e níveis salariais conforme plano de cargos e salários;	sim	1
752	Possuir cadastro de jornada de trabalho, com a possibilidade de permitir flexibilização de jornada;	sim	1
753	Possuir cadastro de tipos de previdência e suas tabelas de vigências respectivas, permitindo cadastrar dois ou mais regimes de previdência própria;	sim	1
754	Possuir cadastro da tabela do imposto de renda com controle de vigência;	sim	1
755	Possuir cadastro da tabela do salário mínimo com controle de vigência;	sim	1
756	Possuir cadastro de agente de integração para controle e vinculação com o cadastro de estagiário;	sim	1
757	Possuir cadastro de beneficiários de pensão alimentícia, possibilitando a parametrização das fórmulas de forma automática ou a opção de lançamento de valores manual para o cálculo e controlando a vigência de cada beneficiário;	sim	1
758	Possuir a parametrização do recolhimento da previdência sobre o valor do cargo efetivo, quando o servidor for nomeado em um cargo em comissão;	sim	1
759	Permitir cadastrar admissões em competências futuras, sem interferir no cálculo;	sim	1
760	Possuir o cadastro do adicional tempo de serviço, possibilitando parametrizar a quantidade de anos, percentual e vigência;	sim	1
761	Possibilitar cadastro plano de saúde, com o controle da vigência do titular (servidores/funcionários) e seus dependentes, com parametrizações para as regras de inclusão e exclusão;	sim	1
762	Possibilitar realizar os cadastros dos tipos afastamentos, como por exemplo, atestados, licença maternidade, auxílio doença, licença sem vencimento;	sim	1
763	Possuir o lançamento dos afastamentos do servidor, possibilitando identificar o motivo do afastamento e data de início e término;	sim	1
764	Possuir o reajuste dos níveis salariais possibilitando de forma parcial ou total informando o percentual a ser reajustado;	sim	1
765	Possuir cadastro do tempo de serviço anterior, e possibilidade de realizar a consulta da soma dos tempos serviço (anterior e atual);	sim	1
766	Possibilidade de consultar averbação do tempo de serviço e caso houver tipo adicional de tempo de serviço;	sim	1
767	Possuir os cadastros de outros vínculos empregatícios com opção de informar os valores de base e contribuição;	sim	1
768	Permitir o lançamento das férias controlando o período aquisitivo automático, com opção de adiantamento do 13º salário e abono pecuniário;	sim	1
769	Permitir emissão de aviso e abono de férias, possibilitar o controle de férias (lançadas, vencidas, a vencer e a possibilidade de emissão de relatório para controle de férias vencidas).	sim	1
770	Possuir o histórico de todos os períodos aquisitivos de férias e período de gozo dos servidores, desde a admissão até a exoneração;	sim	1
771	Possuir o cadastro de férias individual com o controle das regras conforme parametrização prévias (afastamento por doença e faltas);	sim	1
772	Possuir o cadastro de férias coletivas por cargo e local de trabalho com o controle das regras conforme parametrização prévias (afastamento por doença e faltas);	sim	1
773	Possibilitar a emissão do recibo e aviso de férias de cada servidor/funcionário;	sim	1
774	Possuir cadastro de verbas, possibilitando classificar os tipos como: vantagem, desconto, patronal, base de cálculo e Alíquota, parametrizando as fórmulas para os cálculos, contendo os operadores matemáticos (adição, subtração, multiplicação e divisão);	sim	1
775	Permitir a parametrização das verbas a serem calculadas por tipo de servidor/funcionário, cargo ou vínculo empregatício;	sim	1
776	Permitir o cadastro de novos agrupadores pelo usuário, visando a formação de bases de cálculo para auxiliar no cálculo das verbas;	sim	1

777	Permitir o cadastramento dos cargos do quadro de pessoal com no mínimo: descrição, grau de instrução, CBO, área de atuação, função, local, referência salarial inicial e final e quantidade de vagas;	sim	1
778	Possuir no cadastro de cargos o controle de permissão para lançamento de horas extras, adicional noturno, plantões diurno e noturno, função gratificada e extinção do cargo;	sim	1
779	Possuir controle de redutor constitucional de forma parametrizável, gerando o desconto de forma automática no cálculo para os servidores/funcionários que ultrapassarem o valor do teto parametrizado;	sim	1
780	Possuir o cadastro e controle de funções gratificadas com a parametrização da quantidade de vagas e valor;	sim	1
781	Possuir a rotina para a inclusão de lançamentos variáveis na folha: como horas extras, faltas, atrasos, plantões, adicional noturno e valores;	sim	1
782	Realizar apuração de diferenças de valores que o servidor possui relacionados a reajustes retroativos;	sim	1
783	Permitir reajustar os valores do quadro salarial, possibilitando realizar o estorno das alterações;	sim	1
784	Possuir a opção de lançamento manual das diárias ou importar do módulo de contabilidade;	sim	1
785	Possibilitar controle das diárias concedidas, calculando automaticamente as contribuições devidas quando ultrapassar 50% (ou outro percentual a definir pela entidade) da remuneração do servidor vinculado ao regime RGPS, assim como emissões de relatórios com dados do ato, destino, quantidade de diárias e valor total para cada servidor.	sim	1
786	Permitir realizar a importação de diárias empenhadas pela contabilidade, direto para o sistema de folha, sem a necessidade de exportação e importação de arquivos;	sim	1
787	Possuir a consulta da base de cálculo das verbas de impostos (previdência e imposto de renda);	sim	1
788	Possuir o cadastro de rescisão com possibilidade de configurar os motivos;	sim	1
789	Possuir a emissão do termo de Exoneração (servidores estatutários) e o termo Rescisão de Contrato de Trabalho conforme a Lei nº 1057/2012 de 06/07/2012;	sim	1
790	Possuir o cadastro de rescisão complementar e a emissão do termo;	sim	1
791	Possuir o cadastro e controle dos períodos aquisitivos referente a licença prêmio;	sim	1
792	Possuir no cadastro de licença prêmio a possibilidade do lançamento de mais de um período de gozo e pecúnia para o mesmo período aquisitivo;	sim	1
793	Possuir o processamento da licença prêmio, listando os servidores com ou sem direito conforme parametrização prévia, possibilitando gravar de forma automática;	sim	1
794	Possuir a parametrização das verbas para a margem consignável, possibilitando também a emissão da carta margem conforme parametrização realizada com a informação do valor total da margem, valor utilizado e valor disponível;	sim	1
795	Permitir o cadastro de informações sobre segurança do trabalho, tais como: fatores de riscos; tipos dos riscos; equipamentos de medições; equipamentos de proteções individuais e equipamentos para combate a incêndios;	sim	1
796	Permitir cadastros de treinamentos específicos, como cursos, habilidades atingidas, aproveitamentos, instituições e a informação de turmas, ainda podendo vincular a informação direto no cadastro do funcionário, onde poderá ser emitido na ficha de registro do empregado;	sim	1
797	Possibilitar a execução de cálculos e SIMULAÇÕES conforme o tipo de movimentação, por exemplo, adiantamento, mensal, décimo terceiro, férias, rescisão e rescisão complementar;	sim	1
798	Possibilitar a parametrização para o pagamento do 13º com opção de pagamento parcelado ou integral;	sim	1
799	Possuir o histórico mensal dos valores calculados de cada servidor, possibilitando realizar a consulta de meses anteriores;	sim	1
800	Possibilitar a execução do cálculo ou a SIMULAÇÃO de forma individual (por pessoa);	sim	1
801	Possibilitar a SIMULAÇÃO do cálculo da folha de pagamento gerando em formato planilha com todas as verbas calculadas (vantagem, desconto, base de cálculo e patronal);	sim	1

802	Permitir o controle de estágio probatório de acordo com as regras da entidade;	sim	1
803	Gerenciar os cálculos da folha de pagamento visando a segurança, através da homologação, cancelamento e exclusão dos cálculos;	sim	1
804	Possibilitar realizar o relatório de projeção salarial informando o percentual;	sim	1
805	Possuir visualização e impressão de demonstrativo de pagamento (holerite), com opção de gerar a data de aniversário ou uma mensagem específica;	sim	1
806	Possibilitar a geração da remessa bancária conforme o layout do banco conveniado, possibilitando gerar por grupo ou total (exemplo cnab240);	sim	1
807	Possuir as parametrizações contábeis do servidor diretamente com o orçamento (Projeto atividade, fonte de recurso e grupo fonte padrão);	sim	1
808	Realizar a integração contábil, validando as informações e gerar mensagem de inconsistência se alguma parametrização não estiver de acordo com o orçamento, informando matrícula e nome do servidor;	sim	1
809	Gerar arquivos referente aos cadastros e movimentação para integração com o ponto eletrônico de forma manual e automática;	sim	1
810	Possibilitar a parametrização e a importação de dados referente a movimentação geradas em sistemas de controle de ponto eletrônico como hora extra, adicional noturno, falta, atraso, etc;	sim	1
811	Possibilitar integrações com sistemas de terceiros, permitindo a importação de dados de outros sistemas, atendendo aos layouts disponibilizados, como RESULTADOS DE FECHAMENTO DE SISTEMA DE RELÓGIO PONTO;	sim	1
812	Atender as demandas de prestações de contas aos departamentos dos governos federais, estaduais e municipais;	sim	1
813	Possibilitar o cadastro de um representante bancário;	sim	1
814	Possuir a importação e o gerenciamento dos empréstimos consignados, controlando de forma automática ou manual, com opção de realizar ou não o desconto em folha de pagamento informando o motivo;	sim	1
815	Possuir o cadastro das empresas que fornecem o auxílio transporte;	sim	1
816	Possuir o cadastro da quantidade de vale transporte utilizado pelo servidor;	sim	1
817	Possuir rotina para cálculo referente ao auxílio transporte com possibilidade de realizar o pagamento e desconto em folha de pagamento, controlando o valor máximo de desconto conforme percentual estabelecido em lei;	sim	1
818	Gerar arquivos para atender exportações legais como: CAGED, RAIS, SEFIP, DIRF, SIOPE, SIPREV, SIAP, SIMAP e MANAD e outros cunho obrigatório;	sim	1
819	Permitir o controle de banco de horas do funcionário e também, o desconto ou pagamento automático das Horas existentes no final do período apurado;	sim	1
820	Gerar os arquivos para o SIAP referente aos módulos Folha de Pagamento e Histórico Funcional conforme layout do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;	sim	1
821	Gerar os arquivos para atender o cálculo atuarial;	sim	1
822	Gerar arquivo para atender a qualificação cadastral conforme;	sim	1
823	Atender o E-Social conforme o calendário e layout disponibilizados;	sim	1
824	Disponibilizar no portal do servidor os demonstrativos de pagamento, comprovante de rendimento, ficha funcional e recibo de férias;	sim	1
825	Possibilitar parametrizar e gerar a guia para o Fundo de Previdência Municipal;	sim	1
826	Possuir o cadastro de grupos, fatores, conceito para gerar o formulário e o cadastro da avaliação de desempenho com o cálculo da nota final;	sim	1
827	Possuir cadastro de cursos, instituições de ensino e vínculo do cadastro com o servidor;	sim	1
828	Possibilitar a parametrização das regras para conceder a progressão salarial automática;	sim	1
829	Possuir o processamento da progressão salarial, com listagem dos servidores com e sem direito conforme parametrização prévia, possibilitando o avanço salarial de forma automática dos servidores com direito;	sim	1
830	Possibilitar parametrizar e gerar listagem de dados cadastrais dos servidores/funcionários;	sim	1
831	Permitir que relatórios e processos mais complexos sejam executados em um Gerenciador de Tarefas, ou fila de prioridades.	sim	1

832	Permitir a criação de relatórios específicos ou simplificados através de uma ferramenta de criação de relatórios, disponíveis a todos os usuários;	sim	1
833	Possibilite acesso as emissões de relatórios por meio de pesquisa de relatórios;	sim	1
834	Disponibilizar um resumo ou memória do cálculo executado por vínculo empregatício;	sim	1
835	Possibilitar o agrupamento de várias verbas calculadas em uma única verba a ser visualizada no demonstrativo de pagamento;	sim	1
836	Possuir o histórico das alterações referente cargo, nível salarial, lotação dos servidores/funcionários na ficha funcional;	sim	1
837	Possuir o controle do “status” dos servidores/funcionários, referentes afastamentos, férias, licenças, atestado médico;	sim	1
838	Possibilitar emitir a ficha funcional dos servidores/funcionários contendo: dados pessoais, documentação pessoal, endereço, dados funcionais, afastamentos (licenças sem vencimento, atestado médico, licenças), períodos de férias e licença prêmio, atos (portarias), histórico salarial, cursos e avaliação funcional;	sim	1
839	Possuir a pesquisa servidores/funcionários por: matrícula, nome, CPF, RG, cargo;	sim	1
840	Permitir registrar todos os atos legais como portarias, decretos para cada servidor/funcionário;	sim	1
841	Possuir o relatório analítico da folha de pagamento, possibilitando a emissão com filtros e agrupamentos diversos;	sim	1
842	Possuir relatórios gerenciais para controle do fechamento da folha de pagamento de todas as verbas (vantagens e descontos);	sim	1
843	Realizar os empenhos da folha por data de pagamento;	sim	1
844	Possuir a ficha financeira com toda a movimentação financeira de cada servidor/funcionário;	sim	1
845	Possuir relatório com os valores previdenciários referente a base de contribuição e retenção de cada servidor/funcionário;	sim	1
846	Possuir relatório analítico da integração contábil, contendo a funcional programática completa, contas contábeis, verba e servidor/funcionário;	sim	1
847	Possuir relatórios sintéticos visualizando o total empenhado, retenções e realizável;	sim	1
848	Possibilitar cálculo dos valores e bases de cálculos de encargos patronais, como aporte, patronal, FGTS e taxa administrativa;	sim	1
849	Possibilitar integração com o FGTS DIGITAL;	sim	1
850	Disponibilizar ao servidor público acesso ao HOLERITE ON-LINE, através de usuário e senha, previamente cadastrados no setor de R.H ou de forma online; permitindo consultar e emitir comprovantes de rendimentos, contracheque, dados cadastrais, ficha financeira, etc.	sim	1
851	Emissão do comprovante de rendimentos pelo sistema, bem como pelo holerite online;	sim	1
852	Possuir relatórios gerencial de férias;	sim	1
853	Possuir relatório dos lançamentos realizados de férias por servidor/funcionário;	sim	1
854	Possuir listagem da licença prêmio contendo os períodos e os servidores/funcionários;	sim	1
855	Possuir relatório gerencial da margem consignável de todos os servidores/funcionários, informando o valor total, valor utilizado e valor disponível de cada servidor/funcionário;	sim	1
856	Permitir a parametrização e o processamento do vale alimentação, com opção de gerar uma listagem com o valor de cada servidor/funcionário e o total por centro de custo;	sim	1
857	Possuir o controle de servidores/funcionários cedidos e recebidos;	sim	1
858	Possibilidade de gerar (exportar) arquivos com informações de aposentados e pensionistas cadastrados na folha de pagamento para realização da importação no sistema SIPREV via aplicação;	sim	1
859	Permitir cadastrar processos administrativos e possibilitar o cadastro das informações de suspensão de exigibilidade de acordo com o layout do ESOCIAL;	sim	1
860	Possuir tela para cadastrar autônomo, com o cadastro de pessoas único, ter os seguintes campos para preenchimento: Classificação Brasileira de Ocupação (CBO), categoria do trabalhador, quantidade de dependentes para desconto do IRRF e a função.	sim	1
861	Possuir a opção para informar o autônomo já cadastrado, campo para informar a data de lançamento, percentual ISS, valor base previdência e valor retido, tipo do serviço prestado e o valor.	sim	1
862	Possuir o cálculo das RPAs listando os valores referente à base de cálculo, vantagens e descontos.	sim	1
863	Possuir log do cálculo referente às RPAs.	sim	1

864	Possuir recibo pagamento referente as RPAs.	sim	1
865	Possuir a opção de gerar em um mesmo arquivo as informações da RPA para serem enviadas à SEFIP.	sim	1
866	Possuir relatório por competência com os valores da base previdência, patronal e valor segurado.	sim	1
	GERENCIAMENTO DE CARTÃO PONTO ELETRÔNICO ON-LINE	ATENDE / SIM - NÃO	PONTUAÇÃO
867	Importação dos dados do atual sistema em uso.	sim	1
868	Instalação do sistema e suas configurações são de responsabilidade da empresa.	sim	1
869	Possibilitar a integração de dados com o E-SOCIAL.	sim	1
870	Liberação de domínio próprio para hospedagem do sistema on-line, bem como custeio e manutenção, que estão sob responsabilidade do licitante.	sim	1
871	Treinamento de no mínimo 4h para os funcionários, sem limite de funcionários.	sim	1
872	Sistema web de gerenciamentode ponto eletrônico, para gerenciamento de 1600 funcionários e 50 equipamentos de relógio ponto da marca CONTROL ID modelo IDCLASS 373.	sim	1
873	Aplicação web deve ser acessado via internet, ser responsivo, compatíveis com os principais navegadores do mercado, possibilitando ainda acesso através de dispositivos móveis com diferentes tamanhos de telas.	sim	1
874	Os dados serão armazenados em nuvem, garantindo o resguardo das informações, a segurança e a disponibilidade de acesso no modelo 24/7.	sim	1
875	Os backups dos dados e atualizações do sistema ocorrem automaticamente, ficando a contratada responsável pelo gerenciamento, de maneira que não interfira aos usuários na utilização do sistema.	sim	1
876	Os usuários poderão acessar o sistema, acompanhando seus registros ponto em tempo real e ainda, com a possibilidade de realizar solicitações para justificativas relacionadas ao controle de ponto, como ausências e faltas de registros.	sim	1
877	Possibilita ao usuário recuperar sua senha, assim como permite ao responsável pelo gerenciamento do ponto redefinir senhas caso se faça necessário.	sim	1
878	Apresentar resumos em tela referente aos servidores gerenciados no controle de ponto, os departamentos, os cargos, os locais de trabalho, os maiores e menores saldos em banco de horas e lista de solicitações pendentes de tramites para os responsáveis dos departamentos.	sim	1
879	Oferecer gráficos de indicadores que auxiliam no gerenciamento e nas tomadas de decisões, apresentando informações com as horas trabalhadas, horas extras, faltas, índice de absenteísmo, resumo de faltas, resumo de banco de horas e índice dos maiores motivos de afastamentos.	sim	1
880	Contar com rotinas de ações coletivas para lançamento geral de tratativas de cartão ponto (abonos e justificativas), alterações cadastrais, vinculações de banco de horas e vinculações de novos quadros de horários. Possibilita ao usuário estornar lançamentos realizados, mantendo histórico das ações.	sim	1
881	Permitir alterações cadastrais para cargos, departamentos, locais de trabalho, tipo de adicional noturno e os parâmetros para controlar ponto e permitir realizar horas extras.	sim	1
882	Possuir rotina de fechamento de cartão ponto individual e geral, de maneira que resguarde as informações tratadas em cada cartão ponto com geração de histórico cadastral.	sim	1
883	Possuir rotina para fechamento de competência, onde assegure os dados gerados, tais como histórico e valores calculados. Apresenta também resumos referentes aos fechamentos, como horas extras, atrasos, faltas, adicional noturno e dias trabalhados.	sim	1
884	Permitir ao usuário escolher o período de fechamento do cartão ponto, podendo o mesmo ser alterado conforme necessidade da empresa.	sim	1
885	Permitir escolher o período de emissão diferente do período definido no fechamento nas impressões de relatório do cartão ponto.	sim	1
886	Disponibilizar cadastro personalizável para adicional noturno.	sim	1

887	Possuir cadastro de empresas ilimitado, podendo realizar o gerenciamento de todas as empresas que o ente público possui.	sim	1
888	Contar com cadastro de feriados, fixos e facultativos, de maneira que ao realizar o cadastrado, o sistema processe os abonos e cálculos automaticamente nos dias trabalhados. Ainda permitir o cadastro de feriados por local de trabalho.	sim	1
889	Possibilitar a geração dos arquivos AFDT e ACJEF para o fisco, com filtro de empresa e classes a serem gerados.	sim	1
890	Possibilitar o cadastro de servidores públicos, controlando os tipos de regimes existentes no ente, tais como estagiários, comissionados, políticos, efetivos, temporários, onde sejam	sim	1
891	Devidamente identificados e classificados.	sim	1
892	Possibilitar apontar no sistema de ponto, quais servidores deverão realizar o controle de ponto e também quais possuem permissão para gerar o cálculo de horas extras.	sim	1
893	Disponibilizar de telas de cadastro para todas as informações que compõem o cadastro do servidor junto ao sistema de ponto, com os cargos, departamentos, locais de trabalho e horários de trabalho.	sim	1
894	Possuir cadastro de motivos para os lançamentos de justificativas, onde já tenha como padrão os mesmos pré-definidos no programa E-SOCIAL. Os motivos podem ser apontados para o controle de absenteísmo e também para complementar a jornada de trabalho.	sim	1
895	Permitir configurar os campos que serão apresentados e calculados no cartão ponto dos servidores, tais como horas extras, adicional noturno, saída antecipada, atrasos e faltas, personalizando de acordo com as características necessárias de uso por parte do ente.	sim	1
896	Permitir aos funcionários acesso individual a consulta do cartão ponto, assim como os resumos de horas, os saldos de banco de horas e saldos de banco de horas através de browsers ou dispositivos móveis.	sim	1
897	Possibilitar a manutenção da falta de registros de horários, assim como desconsiderar marcações duplicadas, mantendo as informações de batidas originais e também observações sobre as alterações realizadas.	sim	1
898	Possibilita alteração do horário de trabalho do servidor em determinados dias, assim como apresenta no cartão ponto os códigos dos horários.	sim	1
899	Disponibilizar opção para definir dias específicos como folga ou ainda folgas como dias trabalhados, gerando abonos ou horas extras de acordo com as trocas, recorrentes de plantonistas e escalas.	sim	1
900	Possuir tela de gerenciamento de usuários, onde podem ser definidos os usuários do sistema com maiores permissões, tais como responsável ou supervisor, com possibilidades de vincular rotinas específicas para determinado usuário, além de poder vincular os departamentos ou locais de trabalho que o mesmo irá gerenciar.	sim	1
901	Possibilitar realizar controles de banco de horas distintos, com regras específicas para cada cadastro gerenciado. Permite a definição do peso das horas extras realizadas, tanto para dias normais, quanto para domingos e feriados, assim como determinar limite de horas totais a serem acumuladas durante o período definido.	sim	1
902	Apresentar na tela do cartão ponto, coluna banco de horas, com os créditos e débitos lançados ao dia, com detalhamento do cálculo realizado para o resultado lançado, possibilitando ao servidor público acompanhar os mesmos.	sim	1
903	Apresentar no cartão ponto o resumo onde demonstre o saldo inicial, as horas creditadas, as horas debitadas, os lançamentos realizados e o saldo final.	sim	1
904	Disponibilizar relatórios para posição dos saldos de bancos de horas, onde apresente o funcionário, os saldos positivos, negativos e agrupados por departamento.	sim	1
905	Possibilitar realizar pagamentos parciais sobre saldo de banco de horas, controlando os históricos de lançamentos dos débitos realizados.	sim	1
906	Permitir autorizar lançamento de horas creditadas em banco de horas para pagamento, em sua totalidade ou de forma parcial, considerando o peso de origem de cada horário realizado.	sim	1
907	Possibilitar realizar os controles de banco de dias distintos, com regras específicas para cada cadastro gerenciado. Permite a definição do tipo de saldo e também o período de validade.	sim	1
908	Gerenciar saldos de férias remanescentes, saldo de dias eleitorais, folgas abonadas, dentre outros motivos que atenda a legislação interna do ente, onde o servidor público tenha direito adquirido a gozo de dias específicos.	sim	1

909	Apresentar resumo em tela, para que o servidor acompanhe em tempo real seus saldos de dias para gozo.	sim	1
910	Possuir relatórios que demonstre posição de saldos de dias para os servidores públicos, que apresente o tipo de banco, adição de saldos, utilização de saldos e saldo total.	sim	1
911	Possibilitar aos servidores realizar solicitação por escrito para folgas programadas referente ao saldo de dias.	sim	1
912	Permitir o gerenciamento do tipo de horário flexível, onde o sistema compare o cumprimento da jornada diária informada no cadastro do horário, independente dos horários realizados pelo servidor.	sim	1
913	Permitir o gerenciamento do tipo horário fixo, onde o sistema compare o cumprimento da jornada diária informada no cadastro do horário.	sim	1
914	Permitir o gerenciamento do tipo de horário fixo com intervalo flexível, onde o sistema compare o cumprimento da jornada diária informada no cadastro do horário, independente dos horários realizados pelo servidor durante seu intervalo de descanso, desde que o mesmo não ultrapasse o limite de tempo para ausência.	sim	1
915	Permitir o gerenciamento do tipo de horário revezamento, para servidores que atuam em escalas cíclicas	sim	1
916	Conforme demandas internas do ente público. Possibilidade de controlar escalas 4x1, 5x1, 5x2, 6x1, 12x36, 18x36, 24x48, 24x72 dentre outros.	sim	1
917	Permitir o gerenciamento de horário carga horária, onde o sistema compare o cumprimento da jornada diária, semanal ou mensal em acordo com a informação no cadastro do horário.	sim	1
918	Possibilitar a vinculação de um horário cadastrado para diversos servidores, sem a necessidade de cadastrar um horário para cada e ainda permitir alterar, em determinados dias, o horário que o servidor estará realizando, possibilitando mudanças de regimes de horários fixos, para horários flexíveis.	sim	1
919	Permitir o gerenciamento de escalas por competência e gerar administrações separadas em acordo com a necessidade do ente, atendendo o controle e gerenciamento de escalas para setores.	sim	1
920	Possibilitar incluir ou excluir servidores das escalas durante a competência em questão.	sim	1
921	Permitir o registro do ponto via sistema, em acordo com a portaria 373 de 2011 do ministério do trabalho e emprego, a partir de acesso exclusivo dos servidores com usuário e senha próprios.	sim	1
922	Permitir configuração dos departamentos, locais de trabalho ou funcionários específicos para liberação de registros de ponto online, com opção de restringir o registro em endereços de IP específicos.	sim	1
923	Gravar coordenadas de localização do registro através de geolocalização para consulta pelos administradores.	sim	1
924	Manter histórico necessários para todos os trâmites realizados no cartão ponto, contando com	sim	1
925	Justificativas e com o tipo de lançamento realizado.	sim	1
926	Permitir restaurar as marcações originais do dia, para corrigir erros de lançamentos.	sim	1
927	Destacar dias inconsistentes durante consulta do cartão ponto, para fácil identificação visual.	sim	1
928	Realizar processos de cálculo automático e em tempo real.	sim	1
929	Disponibilizar atalhos para fácil cadastro de funcionários, emissão de espelhos e de relatório do cartão ponto.	sim	1
930	Disponibilizar acesso a competências anteriores para que o usuário acesse os registros finalizados.	sim	1
931	Possibilitar tramitar folgas, justificativas, abonos e troca de horários para dias específicos direto no cartão ponto.	sim	1
932	Apresentar resultados por dia, como resultado de horas faltas, faltas ou horas extras, sem necessidade de reprocessamento.	sim	1
933	Disponer de resumos para banco de horas, banco de dias, mensal de horas realizadas, faltas, dentre outros, em tempo real, com acesso do usuário aos resultados em tempo real.	sim	1
934	Apresentar no relatório do cartão ponto, todas as justificativas e ocorrências realizadas.	sim	1
935	Possuir cadastro para equipamentos de coleta de registro de ponto, possibilitando informar o número de série, ip, porta, mac, modelo e a descrição, apresentando status de funcionamento, de comunicação e de coleta.	sim	1
936	Realizar as coletas automaticamente ou manualmente através de arquivo afd, gravando informações do nome do equipamento, nome do arquivo, data da importação, data base de importação e	sim	1
937	Status de processo de importação, independentemente do tipo de coleta e equipamento.	sim	1

938	Apresentar no cadastro de funcionários, lista dos equipamentos com origem de registros gravados para o servidor público.	sim	1
939	Permitir a definição de responsáveis imediatos para departamentos e ou locais de trabalho, de forma que os mesmos passem a gerenciar somente as pessoas vinculadas ao seu local de trabalho, auxiliando o departamento de recursos humanos do ente, com a distribuição das tarefas de gerenciamentos no controle do ponto.	sim	1
940	Permitir o gerenciamento do controle ponto por local de trabalho, onde o responsável tramite comunicados, justificativas, consultas e impressões dos relatórios dos funcionários relacionados ao local.	sim	1
941	Permitir o gerenciamento do controle de ponto por departamento, onde o responsável tramite comunicados, justificativas, consultas e impressões dos relatórios dos funcionários relacionados ao departamento.	sim	1
942	Disponibilizar de estrutura para solicitações internas, para cadastro de conteúdos com assuntos relacionados a tratativas do sistema de ponto, como horas extras, folgas programadas, justificativas de atrasos, abono para atrasos, abono para saídas antecipadas, débitos autorizados para banco de horas, banco de dias créditos, banco de dias débitos, entre outros.	sim	1
943	Possibilitar definição de fluxo para cada tipo de solicitação, para que os tramites das solicitações aconteçam dentro de uma regra definida pelo ente público.	sim	1
944	Existirem as opções de autorizar, indeferir ou deferir os pedidos contidos nas solicitações conforme o perfil de fluxo tramitado. Ao deferir, o resultado é lançado direto no	sim	1
945	Cartão ponto do servidor, com a devida observação e solicitação de origem.	sim	1
946	Oferecer opção de solicitação de esquecimento de registro ponto com a possibilidade de informar datas e os horários esquecidos. Caso deferidos, os lançamentos ocorreram de forma automática no cartão ponto do servidor, mantendo o registro da solicitação de origem, com todos os históricos de tramites realizados.	sim	1
947	Disponibilizar de estrutura para solicitações cadastradas por assuntos, situação, e por tipo, apresentando o histórico completo dos trâmites realizados com datas, horas, e o usuário que o tramitou.	sim	1
948	Disponibilizar telas de pesquisas de solicitações cadastradas no sistema, com opção de filtrar por status.	sim	1
949	Possibilitar relatórios com ordenações por nome, departamento, local de trabalho e cargo, agrupar por departamento ou cargo, emitir por competência ou intervalo de datas e ainda exportar para excel, csv ou pdf.	sim	1
950	Permitir a emissão do espelho ponto de acordo com o anexo I da portaria 1510 do MTE.	sim	1
951	Permitir a emissão de cartão ponto com todos os resultados necessários, conforme as ocorrências realizadas a avisos definidos para os servidores.	sim	1
952	Emitir relatório de faltas com matrícula, nome do servidor e o total de horas de falta da competência.	sim	1
953	Emitir relatório de funcionários com matrícula, nome do servidor, cargo, departamento, quadro de horário e data de admissão.	sim	1
954	Emitir relatório de justificativas com matrícula, nome do servidor, departamento, as horas de acordo com a justificativa, com data de início e data de fim, agrupados por tipo de justificativa.	sim	1
955	Emitir relatório de resumo fechamento com horas extras, adicionais noturnos, atrasos, saídas antecipadas e faltas.	sim	1
956	Emitir relatório de horas extras com matrícula, nome do servidor, horas trabalhadas, horas extras e extras 100%.	sim	1
957	Emitir relatório de banco de dias com saldo inicial da competência, adições, subtrações e saldo final.	sim	1
958	Emitir relatório de banco de horas com saldo inicial da competência, adições, subtrações e saldo final.	sim	1
959	Emitir relatório de solicitações onde é possível filtrar por status e tipo de solicitação, apresentando nome do servidor, tipo da solicitação, data cadastro, início e fim da solicitação, status, histórico da justificativa e histórico dos tramites realizados.	sim	1
960	O sistema deve possibilitar exportar arquivo de fechamento mensal, em padrão solicitado pela Prefeitura, para importação/integração com o sistema de Controle de RH/Folha de pagamento vigente.	sim	1
961	Possibilitar integração via web service com o sistema de Controle de RH/Folha de pagamento vigente, com transmissão/integração diária, semanal, ou mensal.	sim	1

	MÓDULO DE TRIBUTAÇÃO E DÍVIDA ATIVA	ATENDE / SIM - NÃO	PONTUAÇÃO
962	Permitir integração e importação de dados de GEORREFERENCIAMENTO para atualização cadastral em lote, sem a necessidade de reinserir manualmente as informações.	sim	1
963	Possuir controle de usuários que vai desde informações cadastrais do usuário, gravação de log (gravação de toda movimentação feita pelo usuário) até liberação de acesso e acesso especial de acordo com a função desempenhada pelo usuário separando criação, alteração e consulta;	sim	1
964	Cadastro geral de contribuintes com inscrição própria permitindo a vinculação do mesmo à pessoa preexistente no banco de dados;	sim	1
965	Possibilidade de unificar cadastros de pessoas por código de inscrição municipal ou por documento, tratando possíveis duplicidades de conversão e velhos cadastros desatualizados, de tal forma que todos os lançamentos e vinculações como imóveis, empresas, cadastro rural e diversos sejam unificados pela administração municipal;	sim	1
966	Cadastro de imóveis, com os campos de Boletim de Cadastro Imobiliário - BCI configuráveis pela prefeitura;	sim	1
967	Disponibilizar atalhos rápidos para consulta ao extrato e às observações cadastrais do respectivo contribuinte;	sim	1
968	Um terreno pode ter várias construções, sem a necessidade de cadastrar imóveis diferentes;	sim	1
969	Possuir cadastro e controle por exercício de seções, trechos ou faces de quadra, boletim de logradouros, logradouro por trecho, controle de quadras por setores, quadricula, segmentos, loteamento, condomínio, controle da área verde, edifício e condomínio horizontal, identificação de áreas de preservação e ainda com a possibilidade de atualizar valores do boletim de logradouros utilizando diversos filtros, replicação/duplicar boletim de logradouros - controle de transações imobiliárias e histórico de transferência de imóveis;	sim	1
970	Um imóvel pode ter vários proprietários, mantendo o histórico das alterações;	sim	1
971	Cálculo dinâmico que forneça a fração ideal do terreno considerando todas as edificações da unidade;	sim	1
972	Mantém a memória de cálculo do IPTU e das Taxas realizadas pelo sistema no momento do lançamento;	sim	1
973	Permite anexar documentos e imagens ao cadastro;	sim	1
974	Permite à prefeitura a configuração dos campos das características do imóvel e da edificação;	sim	1
975	Possibilitar consulta unificada de todos os débitos lançados com controle detalhado da situação do lançamento tais como: (aberto, dívida ativa, ajuizado, protestado, pago, parcelado, prescrito, restituído, isento, cancelado, remido, impugnado, englobado, arquivado, suspenso, anistiado, aguardando repasse judicial, leiloado, transferido para outro cadastro, recurso administrativo, sub-júdice, dívida suspensa, dação em pagamento da dívida ativa, estornado, etc);	sim	1
976	Cadastro de empresas e autônomos. As empresas são classificadas pelo CNAE e os autônomos pela tabela de CBO;	sim	1
977	A tela de cadastro de empresa deve disponibilizar links de acesso rápido para consultar Atendimento ao contribuinte, Observações cadastrais, Alterar Situação da Empresa/Autônomo, Emissão e Renovação de Alvará, Emissão de Certidão de Baixa de Alvará, Registro de vistorias e Lançamento de tributos do respectivo cadastro;	sim	1
978	Possibilitar o cadastro online de novas empresas a partir do Portal do Contribuinte;	sim	1
979	Novos cadastros devem ser registrados com status de "pré-cadastro", permitindo à administração municipal consultar e ativar os mesmos;	sim	1
980	Receber novos cadastros de empresas locais a partir do REDESIM;	sim	1
981	Cadastro do contrato social das empresas, controlando os sócios e suas participações e mantendo o histórico das informações;	sim	1
982	Alerta de débitos de pessoa física no cadastro de quadro societário da empresa;	sim	1
983	Histórico de anotações e observações por imóveis e empresas ou contribuinte, podendo configurar emissões de alerta ou restrições de acesso à CDA;	sim	1
984	Lançamento de IPTU, taxas de serviços urbanos, ISSQN, taxas de exercício de poder de polícia, contribuição de melhorias e receitas diversas. Os lançamentos devem ser precedidos de simulações que não interferem na dívida ou nas tabelas ativas. A partir de uma simulação é possível realizar o respectivo	sim	1

985	Emissão de carnês - com código de barras padrão Febraban ou fichas de compensação e controle de recebimentos com caixa automatizado e integração com Contabilidade;	sim	1
986	Exportação de carnês em formato de arquivo para impressão em gráficas especializadas;	sim	1
987	Exportação de carnês e documentos de arrecadação para Cobrança Registrada;	sim	1
988	Deve permitir o lançamento da parcela única do IPTU vinculada ao convênio de compensação nacional e as demais parcelas em convênio Febraban (DAM);	sim	1
989	Possibilitar envio via Webservice de Cobrança Registrada Banco do Brasil, ou banco ao qual a Prefeitura de Bandeirantes tiver convênios;	sim	1
990	Gerar arquivo remessa de cobrança parametrizado para banco ao qual a Prefeitura de Bandeirantes tiver convênios registrados;	sim	1
991	Instituições bancárias: O sistema deve permitir que a importação e o processamento dos arquivos de retorno bancário, referente aos pagamentos de créditos devidos a Administração Municipal;	sim	1
992	Baixas a partir de arquivo de retorno dos bancos;	sim	1
993	Permitir a geração de boleto DAM, REGISTRADO e PIX;	sim	1
994	Baixas lançadas e atualizadas "on-line" permitindo a impressão de negativas no instante seguinte ao registro do pagamento, sem processamentos "em lote" e sem dados redundantes.	sim	1
995	Possuir mapa da arrecadação com separação por receita, data e local do recebimento entre outras opções;	sim	1
996	Possuir geração, emissão e controle de entrega de notificações de cobrança para todos os tributos ou taxas, com tipos de notificação configurados pelo usuário (cobrança amigável, último aviso de inscrição em dívida ativa, pré-executivo fiscal, etc.);	sim	1
997	Deve ser possível inscrever em dívida ativa por contribuinte, por exercício/tributo;	sim	1
998	Configuração de tabelas de acordo com a legislação tributária do Município;	sim	1
999	Atualização monetária, juros e multa calculados no momento da utilização, sem a necessidade de processamento periódico com a parametrização da forma de acréscimos pelo administrador.	sim	1
1000	Permitir parametrização das diversas formas de parcelamentos/REFIS;	sim	1
1001	Deve permitir configurar faixas de parcelamentos com seus respectivos descontos, concedidos por lei, bem como determinar se há ou não cálculo de juros PRICE;	sim	1
1002	Deve permitir determinar se o parcelamento será em moeda corrente ou em outro índice de indexação financeira (ufm, urt, etc);	sim	1
1003	Parcelamentos em índice deverão tratar de maneira automática a conversão para moeda corrente somente para o exercício atual;	sim	1
1004	A tabela de configuração de parcelamento deve permitir também a vinculação de tabela de atualização própria para o respectivo parcelamento;	sim	1
1005	Deve permitir configurar valores mínimos para parcelamento para pessoa física e jurídica, bem como determinar valores mínimos por faixa de parcelas;	sim	1
1006	Deve permitir controlar o período de validade da lei que permite os refis, tratando para não exibir a opção de parcelamento vencida ao operador no momento da simulação do parcelamento;	sim	1
1007	Permitir simulação de parcelamento/negociação da dívida antes da efetivação do mesmo;	sim	1
1008	Possibilitar geração de relatórios totalmente customizável, onde permita selecionar os dados, determinar os filtros e condições para impressão, ajustar a disposição das informações, estilo e aparência dos mesmos, de acordo com os direitos de acesso dos usuários;	sim	1
1009	Emissão de extratos analíticos consolidados por contribuinte, incluindo saldo pago, devedor, revisado ou cancelado;	sim	1
1010	Geração, exportação e envio automático do arquivo de diário de arrecadação integrado com a contabilidade nos moldes definidos pelo SIM-AM do TCE-PR;	sim	1
1011	Possuir emissão de todos os documentos de competência municipal (CONSULTAR TERMO DE REFERENCIA)	sim	1
1012	O sistema deve possuir cadastros de: (Imobiliários, Mobiliários, etc.. CONSULTAR TERMO DE REFERENCIA)	sim	1
1013	Possibilidade de o contribuinte emitir certidões na Internet através do Portal do Contribuinte;	sim	1
1014	Possibilidade de efetuar tantos parcelamentos ou reparcelamentos quantos a legislação municipal permitir, sem a perda dos históricos;	sim	1

1015	Referente aos parcelamentos, o sistema deve:	sim	1
1016	Permitir parametrizar faixas de valores por quantidade de parcelas e os descontos correspondentes de cada faixa;	sim	1
1017	Configurar valor mínimo por parcela;	sim	1
1018	Permitir configurar parâmetros para revogação de parcelamentos vencidos;	sim	1
1019	Manter os históricos no próprio débito, como ano da criação e dívida do débito, acrescentando somente um parcelamento ao o débito original. No caso de estorno do parcelamento existe a possibilidade de crescer nova sequência com o saldo restante, ou então, se não houver nenhuma parcela paga, voltam para as dívidas de origem;	sim	1
1020	Boletim de cadastro de Imóvel, BCI - detalhada e simplificada, gerado individual e coletivo.	sim	1
1021	Cadastro de Imóveis Rurais deve possibilitar parametrizar alíquotas de cálculo de ITBI considerando valor do financiamento do imóvel ou faixas de valores;	sim	1
1022	No lançamento, o valor do ITBI pode sofrer descontos legais ou incidência de taxas específicas;	sim	1
1023	Emissão de certidão de quitação de ITBI;	sim	1
1024	Possibilidade de registrar nova posse de forma automática, no momento do pagamento do ITBI;	sim	1
1025	Cadastro de observações restritivas que geram bloqueio de certidão ou notificam o operador quando realiza consulta no atendimento ao contribuinte;	sim	1
1026	Emissão de documentos de cobrança administrativa ou judicial, individual ou coletivamente, calculando de maneira automática os reajustes legais configurados no sistema;	sim	1
1027	Controle de cobrança de dívida via processo de cobrança judicial;	sim	1
1028	Controle de autorização de Impressão de Documentos Fiscais (AIDF);	sim	1
1029	Permite cobrança de taxa de lixo através de convênio com a Sanepar;	sim	1
1030	Livro fiscal eletrônico integrado com Sistema de Emissão de Nota Fiscal Eletrônica;	sim	1
1031	Tela de atendimento ao contribuinte que permita através de um único local o acesso a diversas funcionalidades, tais como consulta de todos os valores lançados atrelados ao contribuinte, emissão de extratos considerando ou não valores pagos ou a pagar, geração de guia para quitação de saldo devedor, lançamento de tributos avulsos como ITBI e guias de arrecadação em geral, certidão de débitos municipais, parcelamento ou reparcelamento de saldo devedor, histórico dos parcelamentos efetuados;	sim	1
1032	Emissão de Alvará Eventual, para empresa de fora do município;	sim	1
1033	O recolhimento de receitas diversa deverá ser a partir da emissão de guias de recolhimento em padrão bancário, com cálculo automático de acréscimos quando em atraso, e considerando o layout do convênio;	sim	1
1034	O município deve poder gerar de maneira automática as contribuições de melhorias, separando por edital e por exercício, e podendo selecionar as quantidades de parcelas permitidas e valor pré-configurados para lançamento;	sim	1
1035	O sistema deve disponibilizar modelos próprios, configuráveis pela prefeitura, para emissão de notificação e contrato que serão entregues aos contribuintes no lançamento da Contribuição de Melhoria;	sim	1
1036	O fiscal deverá poder consultar gerar notificações, efetivar e consultar as notificações geradas, bem como importar arquivos para geração automática das notificações e lançamentos de valores de Contribuição de Melhoria;	sim	1
1037	Relatórios de alvará vencidos e próximos do vencimento;	sim	1
	MÓDULO PARA CEMITÉRIO	ATENDE / SIM - NÃO	PONTUAÇÃO
1038	O sistema deve ser desenvolvido em linguagem para Web não utilizando nenhum plugin adicional de terceiros, exceto para funções específicas como integração com equipamentos.	sim	1
1039	Hospedagem do sistema e arquivos em nuvem.	sim	1

1040	O sistema deve ser operável via navegador web padrão, operando nos seguintes sistemas operacionais: Windows, Linux e MacOS.	sim	1
1041	O sistema deve ser operável através dos principais navegadores: Internet Explorer, Firefox, Chrome, Opera e Safari, Microsoft Edge.	sim	1
1042	O sistema não deve apresentar a necessidade de atualizar toda a página.	sim	1
1043	Sem limite de cadastros ou limite de usuários.	sim	1
1044	O sistema deve possuir controle de acesso de usuários por nível de permissão para inclusão, alteração ou consulta.	sim	1
1045	O sistema deve ocultar as funcionalidades para o usuário de acordo com o nível de permissão.	sim	1
1046	Permitir realizar cadastros: cemitérios, lotes, sepulturas, capelas mortuárias, causas das mortes, funerárias, ossários, coveiros, falecidos, médico responsável pelo óbito, responsáveis pelos falecidos.	sim	1
1047	Permitir agendar e registrar sepultamentos.	sim	1
1048	Permitir registrar exumações e transferências para ossários.	sim	1
1049	Permitir registrar mudanças de cemitérios, mudanças de cidades, transferências para outros lotes.	sim	1
1050	Permitir registrar outras transferências.	sim	1
1051	Permitir registrar desapropriações.	sim	1
1052	Permitir emitir guia de autorização para a execução de serviços na sepultura,	sim	1
1053	Possibilitar a associação de documentos aos cadastros de cemitérios, cadastros de lotes, cadastros de sepulturas, cadastros de funerárias;	sim	1
1054	Possibilitar a associação de documentos aos cadastros de agendamento de sepultamentos, cadastros de sepultamentos, cadastros de exumações, cadastros de transferências, desapropriações e mudanças de cidade/cemitério;	sim	1
1055	O sistema deve conter integração nativa com o sistema tributário municipal, para emissão de títulos/boletos/taxas;	sim	1
1056	Possibilitar emissão de relatório contendo quantidade de sepultamentos para cada funerária, de acordo com o mês solicitado pelo usuário,	sim	1
1057	Possibilitar emissão de relatório contendo nome do falecido, funerária e dia do falecimento, de acordo com o mês solicitado pelo usuário,	sim	1
1058	Possibilitar emissão de relatório contendo dados referentes ao agendamento de sepultamento, sepultamento, exumações, transferências, desapropriações;	sim	1
1059	Possibilitar emissão de título de aforamento perpétuo e boleto para pagamento,	sim	1
1060	Possibilitar emissão de termo de isenção para taxa de abertura de uma sepultura,	sim	1
1061	Possibilitar emissão de dados de localização de sepultados,	sim	1
1062	Permitir rotinas de auditoria de utilização do sistema para a realização de agendamento de sepultamentos, sepultamentos, exumações, transferências, desapropriações e mudanças de cidade/cemitério,	sim	1
1063	Permitir a marcação de lotes com georreferenciamento.	sim	1
	MÓDULO DE PROTOCOLO DIGITAL	ATENDE / SIM - NÃO	PONTUAÇÃO
1064	Sistema em ambiente WEB, permitindo todo trâmite sem utilização de papéis;	sim	1
1065	No cadastro dos requerentes deve ser utilizado – Cadastro único;	sim	1
1066	Cadastro de locais para tramitação com opção para definição de vinculação de pessoas que podem ou não tramitar;	sim	1
1067	Definição por tipo de processos, permitindo a personalização de cada tipo;	sim	1
1068	Definição da tramitação de um assunto, onde é possível informar o local de destino;	sim	1
1069	Definição de parâmetros para um estágio como: prazo de execução, se pode concluir, se pode indeferir;	sim	1
1070	Possibilidade de indeferir ou concluir um processo se a etapa atual permitir;	sim	1
1071	Criar fluxograma por tipo de processo com base nos estágios criados;	sim	1
1072	Indicar para o operador logado, processos pendentes em seu nome ou para o setor ao qual é responsável;	sim	1
1073	Se o processo estiver aguardando alguma solicitação e for paralisado, não contar o tempo até o seu andamento;	sim	1

1074	Para processos abertos pela internet, permitindo que somente os processos avaliados e julgados procedentes podem ser abertos no protocolo geral, caso seja configurado para tal;	sim	1
1075	Permitir a edição de um parecer;	sim	1
1076	Permitir a exclusão de parecer, com campo obrigatório para informar motivo da exclusão;	sim	1
1077	Na tela de tramitação deve indicar quais os pareceres que foram excluídos;	sim	1
1078	A exclusão e a edição devem ocorrer somente pelo autor do parecer ou ser do mesmo local do autor, e enquanto o destinatário não receber o processo;	sim	1
1079	Deve ter opção para replicar mapeamento de roteiro dos processos;	sim	1
1080	O processo deve automaticamente ser enviado ao ponto de início, após sua abertura;	sim	1
1081	Opção para definir um processo sigiloso, assim toda a sua tramitação será sigilosa e apenas os envolvidos terão acesso;	sim	1
1082	Opção para tornar o processo sigiloso a partir de um parecer onde a partir do mesmo somente os envolvidos terão acesso a esse parecer e aos demais criados;	sim	1
1083	Sistema deve preencher automaticamente os dados do solicitante apresentando os dados do usuário logado, permitindo alterar o mesmo caso necessário;	sim	1
1084	Ao realizar a abertura de processo interno permitir preencher o Local/setor como solicitante;	sim	1
1085	Somente processos definidos como podendo finalizar podem ser encerrados;	sim	1
1086	Possibilitar a criação de modelos (pré-definidos), que poderão ser utilizados como base para a criação de novos documentos tanto na abertura, quanto nas ocorrências, salvando o documento editado como anexo do processo;	sim	1
1087	Possibilitar envio de e-mail para o requerente através da abertura do processo pela internet, ou ainda pelo processo de abertura pela entidade;	sim	1
1088	Possibilidade de aceite eletrônico para controle de recebimento e envio;	sim	1
1089	Possuir assinatura eletrônica para anexos em PDF, sendo possível encaminhamento do documento para assinatura nas próximas etapas;	sim	1
1090	Possibilitar envio de e-mail para o requerente com o número de seus processos e em todas as tramitações do processo, além do, cancelamento e encerramento;	sim	1
1091	Permitir o cadastro de processos pela internet, com Requerente anônimo (configurados pela entidade), com a possibilidade de informar telefone e/ou e-mail para retorno caso o requerente assim desejar;	sim	1
1092	Na abertura de um processo, verificar se o requerente já não possui em seu nome outros processos do mesmo assunto, e caso possua avisar se realmente quer abrir outro ou lançar novo parecer ao existente;	sim	1
1093	Na tramitação de processos, deve ser possível filtrar os processos em “Contém”, “Não Contém”, “Começa com”, “Termina com”, “Igual”, “Diferente”;	sim	1
1094	Permitir a possibilidade de tramitar processo para um local o qual não foi configurado no tipo e fluxo do processo;	sim	1
1095	Seja possível gerar gráficos que apresentem as seguintes informações: Situações do processo, quantidade de processos por característica, sendo exportados pelas seguintes extensões: PNG, JPEG, PDF e SVG, Os gráficos devem ser gerados com base no mês e ano selecionado;	sim	1
1096	Possibilitar o download dos arquivos inseridos nas etapas individualmente e em lote;	sim	1
1097	A consulta de tramitação deve trazer o último operador que realizou a alteração com data e horário do evento realizado;	sim	1
1098	O sistema deve possuir rotina para arquivar os processos que estejam com a situação finalizada para ser arquivados e possibilitar o estorno dos processos arquivados;	sim	1
1099	O sistema deve possibilitar a visualização e impressão em PDF do histórico do processo;	sim	1
1100	Na configuração do fluxo do processo deverá ter a opção para definição de formulários, possibilitando que na abertura do processo este formulário seja utilizado para preenchimento do requerente;	sim	1

1101	Disponibilizar links de acesso externo para abertura, consulta e solicitação de número do processo;	sim	1
1102	Permitir criar grupos de assuntos de processos abertos pela WEB, para que o requerente visualize os processos agrupados com seus respectivos assuntos, permitindo também que seja possível realizar a busca de assuntos por “palavra-chave” para que faça sua solicitação;	sim	1
1103	Opção de definição de texto, endereço e horário de trabalho para apresentação na tela de processos WEB;	sim	1
1104	Permitir anexar arquivos digitais (pdf, png, doc, jpeg, dwg, bpm, csv, docx, gif, mpeg, mpg, odf, odt, rtf.) nos processos, e bloquear anexo de arquivos em formato .exe;	sim	1
1105	Cadastro de grupo de pessoas para assinaturas em documentos;	sim	1
1106	Possibilitar o encaminhamento de documentos para assinatura sendo para uma pessoa específica ou grupo de assinantes;	sim	1
1107	Sistema deverá apresentar pendências de assinaturas em documentos, sendo possível o usuário realizar a assinatura dos documentos pendentes em lote;	sim	1
1108	Ao abrir documento encaminhado para assinatura, deve apresentar o histórico de todos os comentários realizados pelos assinantes;	sim	1
1109	Possibilitar excluir documentos da pasta;	sim	1
1110	Possibilitar a incorporação/vinculação entre processos que tenham assuntos dependentes e que terão o mesmo destino (Apensar processos);	sim	1
1111	Permitir consultar as assinaturas através de “hash” para verificação da integridade da assinatura digital e documento;	sim	1
1112	Possibilitar a paginação de documentos vinculados a processos ou documentos de pastas;	sim	1
1113	Permitir criar avisos aos usuários do sistema, podendo definir as pessoas que deverão receber a notificação;	sim	1
1114	Possibilitar seleção de vários processos pelo mesmo assunto, etapas e fases para realizar o aceite eletrônico, encaminhamento, anexar arquivos, assinar e suspender/concluir, os processos em lote;	sim	1
1115	Gerar relatório de pesquisa de processos por requente, contendo assunto e descrição;	sim	1
1116	Rotina para avaliação de processos com controle de atualização cadastral;	sim	1
1117	Permitir relacionar Requerentes Adicionais a um processo, no momento da abertura ou em sua tramitação.	sim	1
	MÓDULO DE FISCALIZAÇÃO FAZENDÁRIA COM DOMICÍLIO ELETRÔNICO E MALHA FINA INTEGRADOS:	ATENDE / SIM - NÃO	PONTUAÇÃO
1118	Sistema deve possuir o registro e controle de todas as visitas realizadas as empresas pelo fisco municipal. Neste registro deve possuir ao menos a identificação da empresa, o fiscal responsável pela visita, a data da visita e o motivo.	sim	1
1119	Deve permitir criar classificações para os procedimentos fiscais, permitindo que os procedimentos fiscais sejam agrupados por áreas de interesse.	sim	1
1120	Deve possuir cadastro de todos os serviços possíveis de execução pelo fisco municipal, bem como a possibilidade de definir uma pontuação para cada serviço.	sim	1
1121	Permitir incluir procedimentos fiscais para, ao menos, empresas estabelecidas no município, contribuintes eventuais de fora do município e para instituições financeiras.	sim	1
1122	Permitir o gerenciamento de todos os procedimentos fiscais cadastrados, permitindo filtros de pesquisa no mínimo por fiscal responsável, pelo contribuinte fiscalizado, pelo ano e número do procedimento fiscal, pela data da inclusão e pela situação.	sim	1
1123	Controlar o status dos procedimentos fiscais cadastrados com situação: aberto, iniciada, fechada ou cancelada;	sim	1
1124	Permitir a inclusão de documentos como anexo do procedimento fiscal.	sim	1
1125	Possuir serviço de denúncia fiscal, onde os cidadãos poderão informar ao fisco possíveis irregularidade. Deve permitir que o cidadão se identifique ou faça a denúncia de forma anônima.	sim	1
1126	Deve permitir a alteração, cancelamento e transferência do procedimento fiscal entre usuários do grupo fisco.	sim	1

1127	Permitir a geração, em formato PDF, de todos os documentos inerentes a um procedimento fiscal, sendo eles Termo de início, Intimação, Termo de recebimento de documentos, Termo de devolução de documentos, Termo de apreensão de documentos, Documentos de autuação Principal e Acessório, Planilha de Homologação da Fiscalização, Termo de prorrogação fiscal e o Termo de encerramento de fiscalização;	sim	1
1128	Deve permitir a geração de múltiplas intimações, conforme a necessidade do fisco.	sim	1
1129	Permitir a prorrogação da ação fiscal conforme a necessidade do fisco.	sim	1
1130	Quando necessário, deve permitir a geração de termos adicionais, conforme a necessidade do fiscal, sem a necessidade de novos desenvolvimentos no software.	sim	1
1131	Deve permitir o envio de todos os termos gerados para o e-mail dos contribuintes fiscalizados, no decorrer da ação fiscal. Deve ainda permitir consultar todos os e-mails já enviados.	sim	1
1132	Permitir configurar textos padrões para o e-mail de cada termo, que será enviado no corpo do e-mail.	sim	1
1133	Sistema deve possuir integração com o Domicílio Eletrônico do Contribuinte, permitindo enviar todos os termos, em forma de comunicado, para o contribuinte fiscalizado, no decorrer da ação fiscal.	sim	1
1134	Permitir que o fiscal faça a homologação da ação fiscal, podendo alterar, incluir ou excluir documentos. Os documentos declarados na escrituração fiscal do contribuinte devem ser apresentados na homologação, sem a necessidade de importações de arquivos.	sim	1
1135	Deve permitir que o fiscal execute manutenção de forma global nos documentos fiscais da homologação, alterando alíquotas, Itens da Lista de Serviço, Local de Incidência do Imposto e tributação de múltiplos documentos de uma só vez.	sim	1
1136	Deve permitir a homologação de serviços prestados e serviços tomados.	sim	1
1137	Na homologação dos documentos devem ser ordenados por competência, em ordem ascendente.	sim	1
1138	Permitir a impressão da Planilha de Homologação dos serviços Prestados, Tomados ou de Ambos.	sim	1
1139	Permitir a homologação da ação fiscal de forma resumida, para serviços prestados e tomados, onde será informado por competência, apenas a Base Cálculo, o Item da Lista de Serviço com LC 116/2023, a alíquota e uma descrição.	sim	1
1140	Permitir o lançamento por estimativa ou arbitramento, onde através de campos customizáveis pré-definidos, o fisco poderá informar parâmetros que serão utilizados em fórmulas de cálculos, também customizáveis, para o sistema irá efetuar o cálculo do imposto devido. O fisco deve ter acesso as configurações sem a necessidade de novos desenvolvimentos.	sim	1
1141	Sistema deve permitir a homologação da ação fiscal para Instituições Financeiras, com base no modelo conceitual DES-IF do padrão ABRASF.	sim	1
1142	Na homologação da ação fiscal das instituições financeiras, o sistema deve cruzar os dados enviados pelo contribuinte na sua apuração mensal com as informações contidas no demonstrativo contábil, destacando as contas com divergências.	sim	1
1143	Deve apresentar ao menos os valores de débitos e créditos contidas na apuração mensal e no demonstrativo contábil, separado por conta cosif e competência, apresentando ainda coluna com a diferença.	sim	1
1144	Deve permitir que o fisco efetue alterações nas declarações das contas, podendo alterar o código de tributação e os valores de crédito e débito. Deve permitir ainda incluir novas contas e excluir contas existente.	sim	1
1145	Deve permitir imprimir a planilha de homologação das instituições financeiras.	sim	1
1146	Permitir a fiscalização e homologação das empresas enquadradas como Simples Nacional, apresentando além das informações dos documentos declarados, os valores declarados pelo contribuinte no sistema da receita federal, contidos no arquivo PGDAS-D.	sim	1
1147	Sistema deve possuir relatório que apresente as divergências entre os valores declarados na receita federal e os valores declarados no sistema do município, por empresas enquadradas como Simples Nacional.	sim	1
1148	Permitir a inclusão de documentos de autuação com base nas infrações previstas na legislação do município. Na inclusão deve possuir campo descritivo para livre utilização do fisco, identificação se é sobre serviços prestados ou tomados, seleção das competências as quais a autuação corresponde e também descrição da penalidade.	sim	1
1149	No caso de documento de autuação acessório, deve ser possível informar se o contribuinte é reincidente na infração cometida.	sim	1

1150	No caso de documento de autuação principal, deve ser exibido uma lista de todos os documentos fiscais relacionados na homologação separados por competência.	sim	1
1151	Após a inclusão do documento de autuação principal e antes da etapa da geração do cálculo para cobrança, deve ser possível verificar a receita original lançada pelo contribuinte e também a receita apurada pelo fisco. E, em caso de empresa enquadrado no Simples Nacional, também deve apresentar a receita declarada no PGDAS-D.	sim	1
1152	Deve ser apresentado também todos os pagamentos já efetuados pelo contribuinte no período fiscalizado, separado por competência, e deve calcular automaticamente a diferença a recolher, a correção monetária, os juros e a multa.	sim	1
1153	Deve dar liberdade para o fisco de manipular os dados, caso algum erro operacional de pagamento tiver acontecido, recalculando a planilha e atualizando os valores.	sim	1
1154	Deve ser possível definir para o cálculo do documento de autuação principal, se será gerado um lançamento de débito para cada competência apurada, ou se será gerado um único lançamento com o valor total do débito.	sim	1
1155	Permitir efetuar prévia do cálculo final antes da efetivação para conferência do fisco.	sim	1
1156	Deve emitir o documento de autuação, contendo todos os dados da apuração, e também os descritivos da infração, em formato pdf.	sim	1
1157	Deve possuir configuração para definir os dias para o vencimento do débito lançado e o prazo para o contribuinte entrar com recurso.	sim	1
1158	As datas de vencimento e recurso devem ser sugeridas com base nesta configuração.	sim	1
1159	Permitir incluir recursos sobre os documentos de autuação,	sim	1
1160	A entrada com recurso deve ser efetuada pelo domicílio eletrônico do contribuinte, evitando que o contribuinte precise deslocar-se até a prefeitura.	sim	1
1161	O fisco poderá relacionar número de protocolo ao recurso e também definir se alterará a situação do documento de autuação para contencioso.	sim	1
1162	Deve possuir gerenciamento de todos os recursos, permitindo o cadastro de perecer, o provimento, improvimento ou provimento parcial.	sim	1
1163	Permitir suspender os débitos relacionados os documentos de autuação, na inclusão do recurso.	sim	1
1164	Deve permitir a geração do boleto para pagamento bancário com código de barras das infrações levantadas, obedecendo aos convênios bancários utilizados pelo município, com cobrança registrada.	sim	1
1165	Os boletos de pagamento podem ser parametrizados para saírem com descontos na multa, conforme previsão na legislação tributária do município, caso o pagamento seja efetuado até a data do vencimento;	sim	1
1166	Deve ser possível efetuar a transferência para dívida ativa os documentos de autuação não pagos.	sim	1
1167	Deve permitir o parcelamento e reparcimento dos débitos relacionados os documentos de autuação, obedecendo as parametrizações definidas pela lei municipal.	sim	1
1168	Deve ser possível definir se os parcelamentos terão juros simples ou composto, o valor mínimo de cada parcela, a quantidade máxima de parcelas, os valores de entrada e também os descontos, quando existir necessidade.	sim	1
1169	Possuir relatório para análise fiscal de instituições financeiras, que apresente as inconsistências entre demonstrativo contábil e apuração mensal.	sim	1
1170	Permitir a importação do arquivo de Estatística Bancária Mensal (ESTBAN) fornecido pelo Banco Central.	sim	1
1171	Permitir consultar os valores importados do arquivo ESTBAN, agrupando por competência e instituição financeira.	sim	1
1172	Emitir relatório de contribuintes omissos de suas declarações.	sim	1
1173	Emitir relatórios de contribuintes que informaram que não tiveram movimentações em suas declarações.	sim	1
1174	Possuir relatório que apresente as empresas enquadradas como Simples Nacional que ultrapassaram o faturamento permitido neste regime.	sim	1
1175	Possuir relatório que apresente as empresas enquadradas como MEI - Micro Empreendedor Individual, que ultrapassaram o faturamento permitido neste regime.	sim	1
1176	Possuir relatório que apresente todas as notas fiscais declaradas pelos contribuintes, seja para serviços prestados ou tomados.	sim	1
1177	Possuir gráfico evolutivo, que apresente por competência, os valores de ISS Declarados e Pagos.	sim	1

1178	Possuir relatório que permita apurar quais empresas estão exercendo determinada atividade, podendo filtrar por código da atividade ou inscrição municipal.	sim	1
1179	Emitir relatório que apresente divergências entre informações declaradas pelo prestador com as informações declaradas pelo tomador, referentes a um mesmo documento fiscal.	sim	1
1180	Emitir relatório que apresente as divergências significativas de faturamento das empresas entre determinadas competências, podendo definir o percentual de divergência, o código da atividade e o período de análise.	sim	1
1181	Emitir relatório dos contribuintes que estão autorizados e emitir NFS-e e não estão emitindo.	sim	1
1182	Possuir relatório de ficha de fiscalização, onde apresente todos os procedimentos fiscais, seus documentos de autuação e contribuinte, bem como a situação dos débitos dos mesmos. Podendo filtrar por número do processo fiscal, período, situação do processo e inscrição municipal.	sim	1
1183	Possuir relatório que apresente a arrecadação por item da lista de serviço, podendo ordenar por valor da receita bruta ou valor do ISS. Deve possuir filtro por valor de receita bruta, valor de ISS, período e tipo do serviço (prestado ou tomado).	sim	1
1184	Referente a fiscalização de Instituições Financeiras, possuir relatório de contas tributáveis sem movimentação.	sim	1
1185	Possuir relatório de cumprimento das obrigações acessórias, referente a entrega dos módulos da DES-IF.	sim	1
1186	Permitir a importação dos dados referente as administradoras de cartões de crédito.	sim	1
1187	Possuir um detalhamento dos valores importados, por contribuinte, das operadoras de cartão de crédito, apresentando a natureza da operação e os valores por dia do mês.	sim	1
1188	Possuir relatório de inteligência fiscal que faça o cruzamento dos valores declarados no PGDAS-D, com os valores declarados no arquivo de operadoras de cartão de crédito e os valores declarados pelos contribuintes na escrituração fiscal do sistema do município. Deve permitir filtrar por contribuinte, percentual de diferença e por período.	sim	1
1189	Possuir controle de ordens de serviços, onde o responsável pelo setor de fiscalização possa incluir ordens de serviço para os fiscais. Deve permitir informar na ordem de serviço, qual empresa deve ser fiscalizada, o fiscal responsável pela ordem, o prazo para execução da ordem, a descrição o período a ser apurado.	sim	1
1190	Deve permitir que o fiscal responsável adicione comentários durante a execução da mesma.	sim	1
1191	Deve permitir a inclusão de anexos a ordem de serviço e também a impressão da ordem.	sim	1
1192	Deve ser possível abrir um procedimento fiscal relacionado a ordem de serviço.	sim	1
1193	Permitir vincular mais de um fiscal a ordem de serviço.	sim	1
1194	Permitir concluir a ordem de serviço descrevendo parecer da conclusão.	sim	1
1195	Permitir criar grupos de fiscais, permitindo a classificação por área de atuação.	sim	1
1196	Possuir controle de plantão fiscal, podendo configurar o horário de expediente do plantão e os fiscais que farão parte do mesmo.	sim	1
1197	O lançamento do plantão fiscal deve ser feito mensalmente, sorteando os fiscais para os dias de trabalho.	sim	1
1198	O gerenciamento do plantão deve identificar os dias que são feriados e não gerar plantão para estes dias.	sim	1
1199	Permitir o lançamento de pontuação para o controle de produtividade dos fiscais.	sim	1
1200	Cada fiscal deve possuir acesso apenas a suas movimentações no plantão fiscal.	sim	1
1201	O responsável pela pasta deve possuir acesso total ao plantão, podendo acompanhar as jornadas, visualizar as atividades e efetuar manutenção em todos os dias do plantão fiscal.	sim	1
1202	Possuir rotina para geração de notificação prévia, anterior ao procedimento fiscal. Esta notificação pode ser gerada individualmente, por contribuinte, ou de forma geral com base em regras previamente cadastradas.	sim	1
1203	A notificação prévia de forma geral deve ser feita de forma automática, notificando todos os contribuintes encontrados pela regra, através do Domicílio Eletrônico do Contribuinte.	sim	1
1204	Após a notificação prévia automática deve possuir controle de prazo para regularização, onde dentro deste prazo o contribuinte poderá se regularizar. O sistema deve ter capacidade de identificar os contribuintes que se regularizaram.	sim	1

1205	Após este prazo o sistema deve apresentar os contribuintes que não se regularizaram e apresentá-los para abertura de procedimento fiscal.	sim	1
1206	O contribuinte deve ser notificado ao acessar o sistema, que possui notificações para serem visualizadas.	sim	1
1207	DOMICÍLIO ELETRÔNICO:	sim	1
1208	Possuir funcionalidade para controle de documentos eletrônicas, permitindo que estes documentos sejam enviados digitalmente para aos contribuintes via Serviço On-line;	sim	1
1209	Permitir que os contribuintes façam a adesão ao uso de comunicações eletrônicas de documentos através de autenticação com certificado digital;	sim	1
1210	Permitir configurar, se no ato do recebimento de uma comunicação, será obrigatório, ou não, o uso de assinatura digital para a visualização da mesma.	sim	1
1211	Permitir configurar documento de termo de aceite para uso do domicílio eletrônico. Ao fazer a adesão a este serviço o contribuinte deve registrar concordância com este termo, assinando-o digitalmente.	sim	1
1212	Possuir repositório no próprio sistema gerenciador do domicílio eletrônico, para salvar o certificado digital no padrão ICP-Brasil do tipo A1 dos contribuintes.	sim	1
1213	No ato do seu credenciamento o contribuinte deve importar seu certificado digital do tipo A1, para que as futuras assinaturas na ciência de documentos sejam feitas diretamente no servidor, eliminando a necessidade de software executando em paralelo na assinatura digital;	sim	1
1214	Permitir que o contribuinte credenciado visualize seus documentos digitais, solicitando assinatura digital para visualização e visualizando documentos antigos assim como sua movimentação anterior.	sim	1
1215	Permitir ao contribuinte credenciado entrar com recurso em eventual discordância de um determinado fato;	sim	1
1216	Possuir classificações para gerenciar documentos eletrônicos, onde cada classificação deve pertencer a um tipo de documento diferente, onde para cada classe seja possível configurar os usuários responsáveis.	sim	1
1217	Permitir configurar para cada classe os prazos de ciência e recurso, para controle da documentação eletrônica enviada aos contribuintes.	sim	1
1218	Permitir configurar a ciência e conclusão automática em caso de necessidade.	sim	1
1219	Permitir controlar os documentos que estão pendentes de recebimento, assinatura, envio ao usuário, aguardando ciência, em prazo de recurso, recurso impetrado e documentos finalizados, além dos prazos de recurso e ciência;	sim	1
1220	Quando existir novos comunicados disponíveis para visualização do contribuinte no serviço online, deve ser enviado e-mail notificando o mesmo.	sim	1
1221	Permitir a emissão de relatórios com layouts totalmente customizáveis, de qualquer informação que esteja cadastrada no sistema de domicílio eletrônico;	sim	1
1222	Possibilitar a parametrização de quantos dias o contribuinte terá para entrar com recurso em cada uma das classes de envio de documentação eletrônica;	sim	1
1223	Permitir que as classes de documentação sejam configuradas como ciência automática. Documentos destas classes devem registrar a ciência automaticamente, assim que disponível ao contribuinte.	sim	1
1224	Os usuários só devem conseguir visualizar os documentos relacionados as classes onde eles estiverem habilitados.	sim	1
1225	Permitir definir a adesão à utilização do domicílio eletrônico como obrigatória e automática para todas empresas com domicílio fiscal no município, que são optantes do Simples Nacional.	sim	1
1226	Permitir a exigência de assinatura digital ao usuário da prefeitura, para que qualquer comunicação seja enviada ao contribuinte optante do DEC	sim	1
1227	MALHA FINA:	sim	1
1228	Sistema deve possuir mecanismo de malha fina fiscal, onde permita que se defina regras de cruzamento de informações para que sejam executadas periodicamente.	sim	1
1229	Os contribuintes identificados pelas regras como possuindo irregularidades devem ser notificados eletronicamente.	sim	1
1230	As notificações devem ser enviadas para Domicilio Eletrônico do Contribuinte.	sim	1

1231	O contribuinte deve ser alertado de que possui notificação a ser lida ao acessar o sistema de Domicílio Eletrônico do Contribuinte.	sim	1
1232	Deve permitir que o contribuinte entre com recurso nas notificações recebidas, em caso de discordância.	sim	1
1233	Deve permitir que o contribuinte assine digitalmente a notificação recebida para efetuar a leitura.	sim	1
1234	Deve permitir ao contribuinte fazer a leitura da notificação, impressão e download em formato pdf.	sim	1
1235	Deve permitir que o contribuinte visualize a data e hora de geração da notificação e também o motivo da sua geração.	sim	1
1236	O sistema deve possuir regra para identificar e notificar empresas Optantes pelo Simples Nacional que não realizaram a obrigação acessória da declaração do PGDAS-D e possuem movimentação de documentos fiscais na declaração de serviços prestados.	sim	1
1237	O sistema deve possuir regra para identificar e notificar contribuintes que possuem a obrigação acessória de realizar o encerramento das declarações de serviços e não cumprirem esta obrigação dentro do prazo definido.	sim	1
1238	O sistema deve possuir regra para identificar e notificar contribuintes optantes pelo Simples Nacional que devem declarar o ISS para o seu município sem retenção, porém no PGDAS-D efetuaram a declaração com retenção ou substituição tributária.	sim	1
1239	O sistema deve possuir regra para identificar e notificar empresas que não poderiam ser tomadoras de serviços, pelo fato de não estar com a situação cadastral ativa e possuir CNPJ com domicílio fiscal no município, porém estão tomando serviços.	sim	1
1240	O sistema deve possuir regra para identificar e notificar empresas optantes pelo Simples Nacional que emitiram documentos fiscais com tributação no município, porém na declaração do PGDAS-D foram declarados os valores de receita com isenção, imunidade e redução de base de cálculo.	sim	1
1241	O sistema deve possuir regra para identificar e notificar empresas optantes pelo Simples Nacional e que possuem inconsistências de valores de faturamento declarados na Escrituração Fiscal e o PGDAS-D.	sim	1
1242	Deve ser possível definir uma data inicial e final para que o sistema execute as regras da malha fina.	sim	1
1243	Deve ser possível definir se periodicidade de execução será Diário, Mensal ou Anual.	sim	1
1244	Permitir definir em qual hora do dia a regra será executada.	sim	1
1245	Deve ser possível configurar a regra para apenas encontrar os registros com inconsistência, ou encontrar os registros com inconsistência e notificar automaticamente os contribuintes.	sim	1
1246	Deve permitir configurar um prazo para a ciência automática. Se o contribuinte não visualizar a notificação dentro deste prazo, ela receberá ciência tácita.	sim	1
1247	Deve ser possível relacionar as regras um cadastro de infração conforme previsto na legislação municipal.	sim	1
1248	Permitir relacionar um layout de documento que será utilizado para montar o documento da notificação.	sim	1
1249	Permitir relacionar um usuário responsável pelo acompanhamento da execução da regra automática.	sim	1
1250	Deve permitir que o fisco municipal execute a regra manualmente a qualquer momento, mesmo não estando dentro do prazo de execução automática.	sim	1
1251	Sistema deve possuir um gerenciador das notificações geradas, onde o fisco municipal poderá consultar todas as notificações. Deve possuir as ações de visualizar, cancelar a notificação, visualizar os recursos e excluir a notificação.	sim	1
1252	As regras devem possuir mecanismo de identificação automático de regularização. Se o contribuinte receber a notificação e regularizar suas pendências, o sistema deve ser capaz de interpretar esta regularização e marcar a notificação como regularizada.	sim	1
1253	Permitir que seja definido um prazo, em dias, para que o contribuinte possa se regularizar.	sim	1
1254	Em caso de não regularização o sistema deve permitir geração de multa de penalidade, conforme previsto em legislação municipal. Deve permitir gerar o boleto de pagamento e enviá-lo para o Domicílio Eletrônico do Contribuinte.	sim	1
1255	Deve permitir consultar e visualizar todas as penalidades geradas para uma notificação.	sim	1
1256	Deve permitir visualizar quais pendências o sistema identificou em cada notificação, apresentando os valores e os períodos apurados.	sim	1
1257	Deve permitir ao fisco visualizar e dar prosseguimento em todos os recursos incluídos pelos contribuintes. Deve permitir também que o fisco faça a inclusão de novos recursos.	sim	1

1258	Cada notificação deve ser classificada pelas situações Aguardando Envio para o Contribuinte, Aguardando Ciência, Aguardando Regularização, Regularizada, Não Regularizada, com Penalidade Cancelada.	sim	1
1259	Para notificações não regularizadas deve permitir abrir procedimento fiscal diretamente pela seleção do registro.	sim	1
1260	Ao abrir procedimento fiscal, todos os documentos da notificação de regularização devem ser adicionados aos anexos do procedimento fiscal.	sim	1
	CONVERSÃO, MIGRAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE	ATENDE / SIM - NÃO	PONTUAÇÃO
1261	A conversão/migração e o aproveitamento de TODOS os dados cadastrais e informações dos sistemas em uso são de responsabilidade da empresa proponente;	sim	1
1262	A proponente deverá efetuar a conversão/conferência dos dados do banco de dados do município de TODOS os módulos, ficando desde já ciente que o município não excluirá nenhum mês protocolado no SIM-AM/SIAP para reenvio dos dados, tendo a mesma que continuar com os meses seguintes de onde iniciar o contrato.	sim	1
1263	A empresa será responsável pela instalação dos sistemas e demais softwares necessários (como gerenciador de banco de dados, servidor web ou outros) nos servidores/computadores da prefeitura municipal;	sim	1
1264	A instalação engloba toda a configuração necessária para o perfeito funcionamento dos sistemas; adequação de relatórios, telas, layouts e logotipos; devendo entregar o sistema já pronto pra uso.	sim	1
1265	Durante as implantações dos sistemas a empresa deverá realizar a parametrização e customização dos mesmos, configurando-os para utilização dos símbolos e identificação da prefeitura municipal, bem como a estrutura de níveis de acesso e outras tabelas básicas dos sistemas;	sim	1
1266	Além da instalação inicial para implantação, a empresa deverá instalar os sistemas e mais softwares sempre que solicitado (como para novos usuários, troca de computadores ou outra razão a critério da contratante) durante a vigência do contrato;	sim	1
1267	A contratada deverá realizar a conversão/migração dos dados dos sistemas em uso atualmente para os sistemas fornecidos. A prefeitura municipal não fornecerá as estruturas dos dados a serem convertidos, sendo a empresa responsável por realizar o levantamento de dados (engenharia reversa) para obter as informações necessárias a partir das bases atuais;	sim	1
1268	A contratada deverá comprovar, através de relatórios comparativos, que as informações convertidas estão consistentes com as informações já prestadas ao tribunal de contas do paraná e demais órgãos de controle;	sim	1
1269	O prazo para conclusão dos serviços de implantação será de 60 (sessenta) dias após assinatura do contrato, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias.	sim	1
1270	O prazo total para a conclusão da migração do sistema, por estar grande parte centralizada em uma única base de dados, será de até 90 (noventa) dias após assinatura do contrato. Esse prazo visa evitar prejuízos com a suspensão prolongada de alguns serviços durante o prazo de migração.	sim	1
1271	A empresa deverá ministrar treinamento em separado para os grupos de usuários de cada um dos sistemas fornecidos, SEM LIMITE de funcionários por módulo.	sim	1
1272	Para realização do treinamento deverão ser utilizados dados reais da prefeitura municipal, como uma cópia dos dados obtidos após a migração dos dados;	sim	1
1273	O tempo total de treinamento deverá ser de no mínimo 120 (cento e vinte) horas, com no mínimo 60 (sessenta) dessas horas de acompanhamento de tarefas reais do usuário em seu local de trabalho, divididas por sistema a critério da prefeitura municipal.	sim	1
1274	O atendimento à solicitação do suporte será feito através de central de atendimento ao cliente especializada da empresa fornecedora do sistema, com técnicos habilitados com objetivo de esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização do sistema implantado. Esse atendimento, quando necessário, deverá ser feito por telefone, e-mail ou através de serviços de suporte remoto	sim	1

1275	Será aceito suporte aos sistemas licitados via acesso remoto (com programa licenciado pela a empresa, com comprovação da licença pela contratada) mediante autorização previa, sendo de responsabilidade da contratada o sigilo e segurança das informações, devendo ser garantido atendimento para pedidos de suporte no horário das 7h30min às 17h00min, de segunda a sexta-feira	sim	1
1276	O atendimento a situações críticas de software, que impeçam a operação ou funcionamento do sistema, deve ser prestado de forma imediata e as soluções devem feitas em até 48 (quarenta e oito) horas. Para situações não críticas, as soluções devem ser feitas em até 3 (três) dias úteis;	sim	1
1277	A licitante deverá enviar profissionais, incluindo programadores, analistas de sistemas, gerentes de projeto, em casos de suporte in loco, conforme solicitação da contratante e de comum acordo, sem cobrança de horas técnicas;	sim	1
1278	Cada atendimento deverá ter associado um número único de protocolo, com registro de data, hora e atendente da abertura da ocorrência.	sim	1
1279	Prestar os serviços de manutenção corretiva, assim entendidos aqueles destinados a sanar erros e defeitos de funcionamento dos sistemas informatizados, dentro do prazo conferido para o suporte técnico;	sim	1
1280	Prestar serviços de manutenção adaptativa, assim entendidos aqueles destinados a adequar os sistemas informatizados às exigências legais e normativas de gestão pública previstas, por exemplo, em normas municipais, estaduais, federais e instrução do tribunal de contas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da publicação da nova exigência, prorrogável, de comum acordo, conforme complexidade das operações necessárias;	sim	1
1281	Acompanhar as alterações legislativas e normativas que influenciem nos sistemas informatizados de gestão pública;	sim	1
1282	Caso a manutenção adaptativa implique em alteração significativa dos sistemas de gestão pública locados a empresa deverá prestar novamente, sem ônus adicional, os serviços de implantação e treinamento;	sim	1
1283	A empresa contratada deverá realizar backup diário de todos os módulos, copiando o mesmo em servidor próprio, para em caso de invasão/problemas no servidor, a mesma deverá recuperar os dados, reinstalar todos os módulos novamente sem ônus para o município.	sim	1
1284	A empresa contratada deverá disponibilizar sempre que solicitado, BACKUP do banco de dados, e hospedar em servidor próprio, permitindo download do mesmo em até 48 horas.	sim	1
TOTAL DA PONTUAÇÃO DOS MÓDULOS		1259	

PONTUAÇÃO TOTAL	1292
CLASSIFICAÇÃO	HABILITADO